



# **Orientações para o Relato integrado e o seu cumprimento: Uma análise aos relatórios integrados em Portugal**

Mestrado em Controlo de Gestão

Inês Filipa de Oliveira Domingues

Leiria, novembro de 2020





# **Orientações para o Relato integrado e o seu cumprimento: Uma análise aos relatórios integrados em Portugal**

Mestrado em Controlo de Gestão

Inês Filipa de Oliveira Domingues

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Dr. Henrique Amado Carvalho, Professor na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria e coorientação da Dra. Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professora na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, novembro 2020



# **Originalidade e Direitos de Autor**

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionada a Autora e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual a mesma foi realizado, a saber, Curso de Mestrado em Controlo de Gestão, no ano letivo 2019/2020, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação deste trabalho.

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Agradecimentos

Apesar do processo de realização da dissertação ser um processo pessoal e isolado, sem o apoio de todos os que me rodearam no último ano, não teria sido possível.

Ao professor orientador, Prof. Dr. Henrique Carvalho, pelo incentivo e por impulsionar da ideia inicial.

À professora coorientadora, Prof. Dra. Teresa Eugénio, pela dedicação, tempo e ensinamentos transmitidos durante todo o processo.

À minha mãe e ao meu pai pelo incentivo, apoio e paciência durante os últimos dois anos.

Por fim, e não menos importante, à Ana Sofia, ao Pedro e a todos os meus amigos em geral que estiveram sempre presentes e me incentivaram desde o dia um do mestrado.

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Resumo

O relato integrado (RI) é um tema relativamente recente para as empresas, tendo surgido como forma de preencher a lacuna na informação disponibilizada pelas empresas permitindo relacionar o desempenho financeiro e não financeiro, dando uma visão mais ampla e detalhada da empresa. De notar que o IIRC (*International Integrated Reporting Council*) surgiu em 2010 com o objetivo de divulgar este tipo de relato.

Dada a importância emergente dos RI, o objetivo deste estudo é avaliar relatórios integrados de empresas portuguesas tendo em conta o nível de divulgação de informação e o cumprimento dos normativos em vigor. Para isso, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo e construído um instrumento de trabalho com base nos conteúdos essenciais divulgados pelo IIRC e a Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01.

Foram analisados 23 relatórios integrados publicados por sete empresas portuguesas entre 2016 e 2019 de diversos setores de atividade. As empresas objeto de análise foram: Bondalti, Brisa, CTT, Galp Energia, José Mello e Saúde, Garrigues e Sata.

Em todos os RI analisados foram identificados diversos tópicos considerados como conteúdos essenciais pelo IIRC e Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01 que não estão a ser divulgados pelas empresas analisadas. Desta forma, os resultados revelam que ainda existe necessidade de desenvolver os conteúdos a apresentar nos RI.

**Palavras-chave:** Relatório Integrado, IIRC, Comissão Europeia, Normativos, GRI, Portugal.

*Esta página foi intencionalmente deixada em branco*

# Abstract

Integrated report (IR) is a recent topic for companies that emerged as a way to fill the gaps in the information made available by the companies, which allows to relate the financial and the non-financial performance, giving a broader and detailed view of the company. Highlighting that the IIRC (International Integrated Reporting Council) appeared in 2010 in order to disclose this type of report.

Given the emerging importance of IR, the objective of the present study is to evaluate integrated reports from Portuguese companies taking into account the level of information disclosed and the compliance with the regulation ruling. To accomplish that, it was used the content analysis methodology and it was built a working tool based on the essential contents divulged by IRCC and European Commission – COM 2017/C 215/01.

23 integrated reports published by seven Portuguese companies, between 2016 and 2019, from different sectors of activity were analysed. The companies under analysis were: Bondalti, Brisa, CTT, Galp Energia, José Mello Saúde, Garrigues and Sata.

In all the analysed IRs, several topics identified as essential content by the IIRC and the European Commission – COM 2017/C 215/01, were not being disclosed by the companies analysed. Therefore, the results reveal that there is still a need to develop the contents to be presented in the IR.

**Keywords:** Integrated Report, IIRC, European Commission, Standards, GRI, Portugal.

# Índice

Originalidade e Direitos de Autor .....	iii
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract .....	ix
Lista de figuras .....	xii
Lista de tabelas .....	xiii
Lista de tabelas Apêndices .....	xiv
Lista de siglas e acrónimos.....	xv
1. Introdução.....	1
1.1 Enquadramento geral.....	1
1.2 Objetivos de investigação.....	2
1.3 Metodologia .....	2
1.4 Estrutura do trabalho .....	2
2. O Relato Empresarial .....	4
2.1. Evolução histórica do relato das organizações.....	4
2.2 Relatório Financeiro e Relatório de Sustentabilidade .....	6
2.3. Relatório integrado.....	8
2.3.1. Conceito, Objetivos e Vantagens do Relato Integrado .....	8
2.3.2. Diretivas, Leis e Regulamentos.....	10
2.3.3. O conteúdo do relatório integrado.....	13
2.3.3.4 Princípios Básicos .....	14
2.3.3.5 Conteúdos essenciais.....	16
3. Revisão de Literatura .....	18
4. Metodologia .....	21
5. Apresentação e Discussão dos Resultados .....	26
5.1 BONDALTI .....	27
5.2 Brisa .....	29
5.3 CTT .....	31

5.4 Galp Energia.....	33
5.5 José Mello e Saúde .....	35
5.6 Garrigues .....	37
5.7 SATA.....	39
Resumo de Classificações .....	41
6. Conclusões.....	50
6.1 Conclusões Finais .....	50
6.2 Principais contributos do presente estudo .....	51
6.3 Limitações e Recomendações para investigações futuras .....	52
7. Referências .....	54
8. Apêndices .....	58

# Lista de figuras

Figura 1 – Evolução dos relatos das organizações .....	5
Figura 2 - Principais metodologias utilizadas .....	22

# Lista de tabelas

Tabela 1 - Características dos principais tipos de Relatos divulgados .....	6
Tabela 2 - Comparação dos Princípios Básicos .....	16
Tabela 3 - Comparação dos Conteúdos Essenciais .....	17
Tabela 4 - Estudos que recorreram à técnica de análise de conteúdo.....	22
Tabela 5 - Diferenças entre as abordagens de Análise de Conteúdo.....	23
Tabela 6 - Resumo de Publicação de Relatórios de Sustentabilidade e Integrados em Portugal (WEB) .....	24
Tabela 7 - Amostra para estudo.....	24
Tabela 8 - Escala na avaliação da informação dos Relatórios Integrados.....	25
Tabela 9 – Classificação resumida Bondalti.....	27
Tabela 10 - Classificação Resumida Brisa .....	29
Tabela 11 - Classificação Resumida CTT .....	32
Tabela 12 - Classificação Resumida GALP Energia.....	34
Tabela 13 - Classificação Resumida José Mello e Saúde.....	36
Tabela 14 - Classificação Resumida Garrigues .....	38
Tabela 15 - Classificação Resumida SATA .....	40
Tabela 16 - Resumo de Classificações .....	42
Tabela 17 - Top 5 de Empresas com maior classificação .....	43
Tabela 18 - <i>Last</i> 5 de Empresas com menor classificação .....	43
Tabela 19 - Resumo de Classificações por linha de Conteúdos Essenciais .....	46
Tabela 20 - Aprovação dos RI por entidades externas .....	47
Tabela 21 - Divulgação de Relatório de Sustentabilidade.....	48
Tabela 22 - Base 2 para a avaliação da informação disponibilizada nos RI .....	52

# Lista de tabelas Apêndices

Apêndice 1 – Base dos conteúdos essenciais apresentados pelo IIRC (2011) .....	58
Apêndice 2 – Base para conteúdos essenciais apresentados pela Comissão Europeia COM 2017/C 215/01 .....	59
Apêndice 3 - Resumo de Publicação de Relatórios de Sustentabilidade e Integrados em Portugal (BD GRI) .....	60
Apêndice 4 - Base para a avaliação da informação disponibilizada nos RI .....	62
Apêndice 5 - Tabela Completa de classificação da Bondalti .....	63
Apêndice 6 - Tabela Completa de classificação da Brisa .....	65
Apêndice 7 - Tabela Completa de classificação dos CTT .....	66
Apêndice 8 - Tabela Completa de classificação da GALP Energia .....	68
Apêndice 9 - Tabela Completa de classificação da José de Mello Saúde .....	69
Apêndice 10 - Tabela Completa de classificação da Garrigues .....	70
Apêndice 11 - Tabela Completa de classificação da SATA .....	72

## Lista de siglas e acrónimos

CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CSC	Código das Sociedades Comercias
DL	Decreto-Lei
EIP	Entidade de Interesse Público
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
ESTG	Escola Superior de Tecnologia e Gestão
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
KPI	<i>Key Performance Indicator</i>
N.A.	Não Aplicável
RI	Relatório Integrado



# 1. Introdução

## 1.1 Enquadramento geral

Com o evoluir do mundo corporativo, a globalização e a concorrência a nível mundial, a informação disponibilizada pelas empresas por forma a cumprir com as obrigações legais, manifestaram-se insuficientes. Começaram a surgir necessidades relacionadas com a fácil comparabilidade de informação exigindo uniformização de procedimentos. Questões relacionadas com a responsabilidade social corporativa, clareza e transparência das informações são temas pouco aprofundados na prestação de contas dita tradicional.

Adams (2015), apresenta como principais lacunas na informação disponibilizada pelas empresas a falta de informação estratégica, riscos, objetivos/desempenho futuro e a falta de relação entre indicadores financeiros e não financeiros.

O relatório integrado surge como tentativa de ajudar esta lacuna na medida em que compila informação de natureza financeira e não financeira. O objetivo é proporcionar informação útil e que permita aos principais interessados tomar decisões de forma mais consciente e informada. De acordo com Perego et al. (2017), os RI são o mais recente esforço internacional de relacionar o desempenho financeiro com o desempenho ambiental, social e governo de uma empresa.

Em 2010, surgiu o IIRC (International Integrated Reporting Council) que identifica a necessidade de evolução do relato financeiro em consequência da evolução ocorrida nas empresas, tendo criado um *framework* de forma a ajudar as organizações a produzir os seus Relatórios Integrados, baseado em princípios orientadores e conteúdos essenciais.

De acordo com Leocádio (2017), a importância do relato não financeiro tem vindo a ser reconhecida por inúmeras organizações internacionais, das quais se destacam o Pacto Global da Organização das Nações Unidas e as diretrizes elaboradas pela *Global Reporting Initiative* (GRI). A União Europeia reconhece a importância deste tipo de relatório através da Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. Esta diretiva

foi publicada com o intuito de aumentar a clareza da divulgação de informação não financeira e o desempenho ambiental e social que irá contribuir para o crescimento económico e emprego a longo prazo. Em 2017 foi também publicada uma comunicação pela Comissão Europeia (COM 2017/C 215/01) que teve como objetivo orientar a divulgação não financeira no domínio ambiental, social e de governação.

## **1.2 Objetivos de investigação**

Sendo este tema tão recente para o universo empresarial, suscitou interesse em estudá-lo, compreendê-lo e verificar qual era o estado atual da divulgação de informação não financeira em Portugal.

Com este trabalho propomo-nos a avaliar o conteúdo dos RI de sete empresas portuguesas de acordo com os conteúdos essenciais divulgados pelo IIRC e Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01.

Assim, com base nesta avaliação, será possível concluir quais os temas que são mais divulgados pelas empresas portuguesas nos seus RI e os conteúdos que ainda precisam de ser mais desenvolvidos.

## **1.3 Metodologia**

Neste estudo, a metodologia a utilizar será o estudo de casos múltiplos através da análise de conteúdo. Ou seja, depois de selecionada a amostra será feita uma análise ao conteúdo dos relatórios pertencentes à amostra. Através de uma escala definida de 0 a 3, será atribuída uma classificação à informação disponibilizada. Os tópicos a classificar são os identificados pelo IIRC (2011) no documento “A estrutura internacional para relato integrado” e na comunicação feita pela Comissão Europeia com orientações sobre a comunicação de informações não financeiras - COM 2017/C 215/01 - como conteúdos essenciais.

## **1.4 Estrutura do trabalho**

O trabalho que se segue apresenta a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo é feito um enquadramento geral do tema, identificado o objetivo e a metodologia a utilizar. No capítulo 2 é apresentada a evolução histórica do relato das

organizações. No capítulo 3 são contextualizados alguns tópicos do RI como os objetivos, as leis e os regulamentos subjacentes, o conteúdo, as vantagens e as desvantagens. No capítulo 3 é feita uma revisão de literatura, onde são analisados alguns artigos sobre RI, os seus objetivos e principais conclusões.

Na parte chave do trabalho, presente nos capítulos 4 e 5, é apresentada a metodologia, a forma de seleção da amostra e a classificação atribuída a cada uma das empresas.

Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões retiradas ao analisar os RI selecionados.

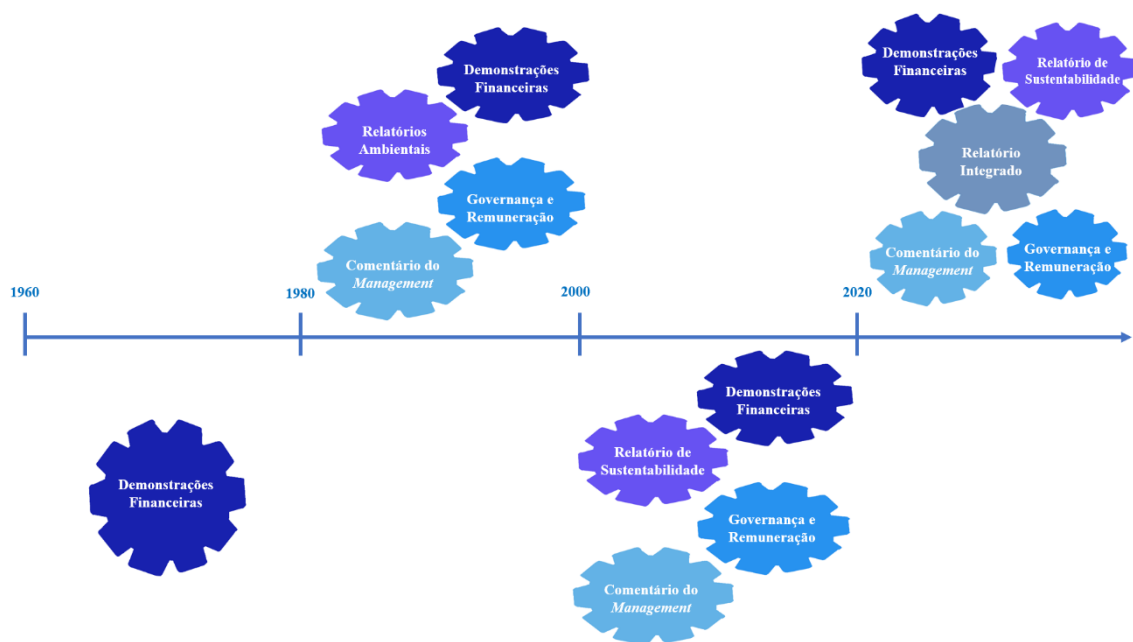
## **2. O Relato Empresarial**

O objetivo deste capítulo é contextualização geral sobre o relato da informação não financeira e do relato integrado, em particular. Inicialmente é apresentada a evolução histórica do relato das organizações, onde será apresentada cronologicamente estes relatórios. Posteriormente são identificadas algumas lacunas destes relatórios e a origem do relatório integrado. Por fim, é feita uma apresentação do relatório integrado. São abordados temas como conceito, objetivos, vantagens; diretivas, leis e regulamentos, os princípios básicos a seguir bem na realização do RI e os conteúdos que devem fazer parte deste tipo de relato.

### **2.1. Evolução histórica do relato das organizações**

O relato das organizações tem sofrido alterações ao longo do tempo, com a adição de diferentes relatórios para além dos relatórios financeiros. O objetivo tem sido a disponibilização de mais informações à cerca da empresa cobrindo áreas como o governo das sociedades, higiene e saúde no trabalho, desempenho ambiental e social entre outras. Permitindo aos utilizadores da informação financeira um conjunto mais completo de informação o sentido da tomada de decisões mais informadas.

Considerando a reta do tempo, a figura 1 apresenta a evolução dos relatos apresentados pelas empresas. Até cerca de 1980 apenas era exigido a publicação de Demonstrações Financeiras, que apenas apresentavam informação financeira da empresa. Até 2020 foram surgindo necessidades de informação não financeira. A solução passou pela divulgação de Relatórios Ambientais (e mais tarde de sustentabilidade), divulgação sobre a Governança e Remuneração das empresas, bem como de comentários por parte de quem gere a empresa. Com o relatório integrado, a informação sobre a estratégia, governança, desempenho da organização, impacto social, comercial e ambiental, está resumida num único relatório. Assim, é possível analisar todos os temas num único documento.



**Figura 1 – Evolução dos relatos das organizações**

Fonte: Adaptado de "A evolução dos relatos das organizações" IIRC (2011), p.6-7

Leocádio (2017) argumenta que os relatórios financeiros tradicionais não são suficientes para que os *stakeholders* de uma empresa façam uma correta avaliação da mesma. Refere que os relatórios financeiros refletem uma imagem do passado da empresa, apresentando apenas uma retrospectiva do que se passou anteriormente.

Já os autores Eccles e Spiesshofer (2015), identificam três tipos de relatos empresariais que se distinguem de acordo com o conteúdo, audiência, natureza e função, que fornecem mais informação à cerca de uma empresa para além da financeira e que se encontram resumidos na Tabela 1.

Tabela 1 - Características dos principais tipos de Relatos divulgados

Tipo de Relato	Conteúdo	Utilizadores	Natureza	Função
Financeiro	Informação Financeira	Investidores	Obrigatório	Informação
Sustentabilidade	Informação Não Financeira	<i>Stakeholders</i>	Maioritariamente voluntário	Transformação
Integrado	Informação Financeira e Não Financeira	Investidores e outros Públicos relevantes	Maioritariamente voluntário	Transformação

Fonte: Eccles e Spiesshofer (2015) p.3

A função informação identificada na Tabela 1, é desempenhada pelos relatórios financeiros e consiste em permitir aos investidores ter à sua disposição informação do passado financeiro da empresa. Apesar disso, este tipo de relatórios em nada pretende afetar os procedimentos da empresa. Já a função de transformação, dada pelo relato de sustentabilidade e integrado, prevê essa alteração de procedimento/comportamento dos *shareholders e dos stakeholders* perante a empresa, bem como um feedback dos principais interessados na organização.

Várias foram as organizações preocupadas em publicar diretrizes para a elaboração de relatórios pelas empresas, como o *International Integrated Reporting Council (IIRC)*. O IIRC (2011), identifica a necessidade de evolução do relato financeiro em consequência da evolução ocorrida nas empresas, tendo criado um *framework* que reúne diferentes informações e tipos de relatórios.

## 2.2 Relatório Financeiro e Relatório de Sustentabilidade

O relatório financeiro consiste na compilação de dados financeiros de um determinado período de tempo. Este tipo de relatório remete-nos para os relatórios essenciais à prestação de contas que contêm vários elementos: Balanço, Demonstração dos Resultados, Fluxos de Caixa, Demonstração de Alterações de Capital Próprio, Anexo e Relatório de Gestão.

Para além do relatório apresentado anteriormente, existe um conjunto de informação financeira adicional, produzida pela empresa com caráter mais interno, como por exemplo os mapas de apoio ao planeamento que vão sendo elaborados ao longo do ano: orçamental, vendas, financeiros, entre outros. A partilha deste tipo de relatórios/mapas permite que seja feito um acompanhamento periódico, possibilitando um maior controlo da ocorrência de situações indesejáveis ao nível financeiro.

Adams (2015), identificou várias limitações do relatório financeiro como o facto de apresentarem informação do passado não revelando qualquer informação sobre o futuro da organização. Outra crítica apresentada pelo autor baseia-se no facto de ser apenas apresentada informação financeira, não existindo referências a questões como o tipo de gestão e a satisfação dos clientes, fornecedores e funcionários.

A evolução do conceito de sustentabilidade a par com o aumento da pressão que os *stakeholders* exercem sobre as empresas para obter mais informação mais clara e transparente, leva a que comecem a surgir outro tipo de relatórios como o relatório de sustentabilidade.

O relatório de sustentabilidade tem como objetivo apresentar aos *stakeholders* informação da vertente social, de governação, económica e ambiental da organização (Eccles e Spiesshofer, 2015). Através dele, os interessados na empresa terão informação do desempenho social, ambiental, económico e administrativo. No entanto, em Portugal e em grande parte dos países europeus este relatório é facultativo, o que faz com que os *stakeholders* tenham algumas dificuldades quando pretendem comparar entidades empresariais.

Para auxiliar a produção do relatório de sustentabilidade surgiu a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção do relato sustentável a nível mundial. Esta organização apresenta-se com a missão de “permitir decisões que criam benefícios sociais, ambientais e económicos para todos”<sup>1</sup>.

A GRI publicou diretrizes que são utilizadas em mais de 90 países, por mais de 10.000 organizações. Estas diretrizes são de uso livre e estruturadas de forma a que seja possível adaptar a qualquer tipo de realidade empresarial.

---

<sup>1</sup> Consultado em <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>, a 03-10-2019.

Ao longo dos anos, foram feitos diversos esforços no sentido de melhoras estas diretrizes, pelo que já existem 4 gerações GRI, sendo a última denominada por G4. No entanto, em 2016, surgiram as *GRI Standards* sendo que as mais atuais são as de 2018. Estas diretrizes oferecem duas opções para a realização do relatório de sustentabilidade: Essencial ou Abrangente. A opção selecionada identifica o conteúdo a ser incluído no relatório. Na opção essencial, o relatório contém os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade enquanto que a opção abrangente exige a divulgação de informação sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização.

As *GRI Standards* 2018, são as diretrizes que estão atualmente em vigor, sendo que são a atualização das *GRI Standards* 2016. Estas diretrizes são numeradas e têm objetivos de divulgação diferentes. As *GRI Standards* 2018 são compostas por 36 tópicos como por exemplo: abordagem de gestão, política anticorrupção, comportamentos anti competição, água e efluentes, práticas de segurança, privacidade de clientes, entre outros.<sup>2</sup>

De acordo com a PWC (2017), cerca de 69% das empresas em Portugal publicam relatório de sustentabilidade ou integrado. Dessas, 75% utilizam o GRI como guião para realizar os seus relatórios integrados ou de sustentabilidade.<sup>3</sup>

De Villiers et al (2017), aponta como ponto fraco nos relatórios de sustentabilidade a inexistência de ligação entre estratégia, riscos e as diversas formas de capital de cada organização.

## **2.3. Relatório integrado**

### **2.3.1. Conceito, Objetivos e Vantagens do Relato Integrado**

De acordo com o IIRC<sup>4</sup> (2011), o relatório integrado pretende apresentar uma exposição sobre a empresa acerca da sua estratégia, governança, desempenho da organização e perspetivas

---

<sup>2</sup> Consultado em <https://www.globalreporting.org/standards/media/1913/gri-standards-glossary.pdf>, a 28-03-2020

<sup>3</sup> Consultado em <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html> a 04-01-2020.

<sup>4</sup> O *International Integrated Reporting Council* (IIRC), trata-se de um conselho global que tem com objetivo incentivar as organizações a conciliar a sua informação financeira e não financeira, nomeadamente no que diz respeito a questões socioambientais e às suas práticas de gestão e governança, tendo sido criado em 2010.

para o futuro. É ainda explicada neste tipo de relatório uma reflexão sobre o impacto social, ambiental e comercial da organização.

Através do relatório integrado, os principais *stakeholders* conseguem obter informação financeira e não financeira sobre a empresa, bem como uma representação clara, concisa e material de como a empresa cria e sustenta valor.

De acordo com Smith (2014), existem três pilares que estão a revolucionar as operações internas e a forma como as organizações interagem com os seus *stakeholders*: (1) compromisso com partes interessadas, (2) governação corporativa e (3) relatórios integrados.

O objetivo dos relatórios integrados é agrupar de forma concisa, objetiva, confiável e material informação relevante da empresa para os seus *stakeholders*. IIRC (2013) acrescenta que o principal objetivo dos relatórios integrados é permitir uma comunicação concisa, sobre a estratégia, a governação, o desempenho e as perspetivas da empresa. A apresentação de relatórios integrados representa um compromisso da responsabilidade social, da transparência e confiabilidade da empresa (Leocádio, 2017).

Na literatura encontramos a identificação de várias vantagens obtidas pelas empresas que publicam relatórios integrados. O estudo feito por Zhou, Simnett e Green (2017), com base em empresas da África do Sul, comprovou que empresas que produzem relatório integrado conseguem usufruir de benefícios associados ao custo de capital. Esta vantagem está diretamente relacionada com o facto de a empresa partilhar informação não financeira no seu relatório integrado que diminui o risco de lacunas de informação que podem condicionar o negócio. A conclusão deste estudo permite concluir que a imagem da empresa no mercado apresenta melhorias aquando da elaboração do RI.

Hoque (2017) identifica o RI como uma ferramenta proeminente para a organização empresarial e que é a forma mais eficaz de se comunicar com as partes interessadas. Afirma que o RI contribui para a melhoria da estratégia.

O IIRC (2011) menciona algumas vantagens do RI quando comparado com os relatórios tradicionais, tais como:

- › Informação adaptada ao que os *stakeholders* querem saber;
- › Mais clareza e assertividade na informação não financeira proporcionada;
- › Aumento do nível de confiança dos principais *stakeholders*;

- › Melhor e mais eficiente gestão na alocação de recursos - ao nível da redução de custos e ao nível da gestão de riscos;
- › Maior comprometimento com os investidores, clientes, fornecedores, empregados, comunidade local e outras partes interessadas.

Também Lopes (2018), faz referência a vantagens e oportunidades associadas à realização do RI por parte das pequenas e médias empresas:

- › Permite evidenciar o impacto económico, ambiental e social da empresa para os *stakeholders* internos e externos;
- › Apoia os gestores na elaboração de orçamentos, planeamento e implementação de ações;
- › Melhoria na imagem e na credibilidade devido à demonstração de projetos de sustentabilidade;
- › Mais facilidade na obtenção de fundos e investimentos.

Para além das vantagens, Fernandes (2019) apresenta um “perigo” que pode estar associado a este tipo de relato - a possível transmissão de informação falsa sobre a empresa. A partilha de informação com falhas, revelando apenas aspetos positivos e camuflando os aspetos negativos como uma “pintura verde”, que leva a um fenómeno chamado de *greenwash*. De acordo com o autor, para que esse problema seja minimizado é necessária uma alteração cultural para que as empresas comecem a dar o correto valor ao desenvolvimento sustentável.

### **2.3.2. Diretivas, Leis e Regulamentos**

Na União Europeia o relatório de informação não financeira, muitas vezes assumido pelas empresas como relatório integrado, ou relatório de sustentabilidade, é direcionada pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos. Esta diretiva surgiu de forma a alterar a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Jornal Oficial da União Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN>, acedido a data de 12-10-2019.

De acordo a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014, as demonstrações não financeiras devem ser publicadas pelas “*grandes empresas que sejam entidades de interesse público e que, à data de encerramento do respetivo balanço, excedam o critério do número médio de 500 empregados durante o exercício financeiro*”.

A definição de Entidade de Interesse Público consta no Artigo 2º do Decreto de Lei nº225/2008 de 20-11-2008. De acordo com este Decreto de Lei, são consideradas Entidades de Interesse Público:

*“a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado;*

*b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal das contas;*

*c) Os fundos de investimento mobiliário previstos no regime jurídico dos organismos de investimento coletivo;*

*d) Os fundos de investimento imobiliário previstos no regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário;*

*e) As sociedades de capital de risco e os fundos de capital de risco;*

*f) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos;*

*g) As empresas de seguros e de resseguros;*

*h) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b);*

*i) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participações mistas de seguros;*

*j) Os fundos de pensões;*

*l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a (euro) 50 000 000, ou um ativo líquido total superior a (euro) 300 000 000.”*

Com o objetivo de apoiar as empresas abrangidas pela Diretiva 2014/95/UE e, por isso, obrigadas a divulgar informação não financeira, a Comissão Europeia publicou orientações em julho de 2017, através da COM 2017/C 215/01 (CE, 2017).

Esta comunicação foi elaborada tendo em conta a Diretiva 2014/95/EU. Nela são referidas metodologias por forma a que a informação não financeira divulgada seja pertinente, útil, coerente e comparável entre empresas e setores.

A COM 2017/C 215/01 (CE, 2017), fornece orientações não vinculativas e, por isso, não cria obrigações jurídica. Esta comunicação apresenta os princípios fundamentais que a informação disponibilizada deve seguir e o conteúdo que a informação não financeira deve conter. Para cada um dos pontos apresentados, esta comunicação sugere exemplos ilustrativos de como deve ser feita a divulgação.

O relatório integrado surge em Portugal em consequência da transposição da diretiva 2014/95/UE, dando origem ao Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho. Este decreto-lei é aplicável aos relatórios emitidos a partir de 2017 caso se trate de uma entidade de interesse público e que à data do encerramento de balanço tenha um número médio de funcionários superior a 500.

De acordo com o artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais, este relatório deve ser preparado e aprovado pelos órgãos de administração da empresa.

O Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho, levou ao aditamento de vários artigos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), como por exemplo:

- Artigo 66º B - Demonstração Não Financeira;
- Artigo 508º B - Princípios gerais sobre a elaboração das contas consolidadas.

A não apresentação deste tipo de relatórios é punida por lei, de acordo com o artigo 528º do Código das Sociedades Comerciais e pode dar origem a coimas entre os 50 e os 1.500€.

No caso da diretiva europeia é apenas referido que as empresas que cumprem os requisitos para apresentarem demonstrações não financeiras “*devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira*”, o que nos leva a concluir que não existe uma obrigação de publicação de um relatório isolado com demonstrações não financeiras.

Portugal adota um comportamento semelhante como referido nos números 8 e 9 do artigo 66º B do CSC, mencionam:

*“8 - Uma empresa que elabore um relatório separado do relatório de gestão, correspondente ao mesmo exercício anual, que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira previstas no n.º 2 e seja elaborado nos termos previstos nos n.ºs 3 a 6, fica isenta da obrigação de elaborar a demonstração não financeira prevista no n.º 1.*

*9 - O relatório separado referido no número anterior deve ser:*  
*a) Publicado juntamente com o relatório de gestão; ou*  
*b) Disponibilizado ao público no sítio na Internet da empresa, num prazo não superior a seis meses após a data de encerramento do balanço, e ser referido no relatório de gestão.”*

O número 11 do artigo 66º B do CSC deixa ainda claro que se consideram EIP as “*qualificadas pelo artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria*” e grandes empresas “*aquelas que excedam pelo menos dois dos três limites definidos no n.º 3 do artigo 9.º, apurados nos termos do artigo 9.º-A, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.*”

Em períodos anteriores à transposição da diretiva 2014/95/UE, o número 3 do artigo 66º Código das Sociedades Comerciais já previa a divulgação de alguma informação não financeira no relatório de gestão das empresas. Este artigo menciona que, quando se mostrar “*necessário à compreensão da evolução dos negócios, do desempenho ou da posição da sociedade, (...) deve abranger tanto os aspetos financeiros como (...) referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da sociedade, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos trabalhadores.*”

Desta forma, a prestação de informação não financeira já se encontrava prevista. Com a transposição da Diretiva é definido o âmbito de aplicação para elaborar um relatório integrado.

### **2.3.3. O conteúdo do relatório integrado**

Tanto o IIRC através da *framework* desenvolvida como a Comissão Europeia através da COM 2017/C 215/01, divulgam linhas orientadoras do que deverá ser o conteúdo do relatório integrado. Para além disso, a Diretiva 2014/95/UE refere que o relatório de gestão das empresas deve conter “*informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais,*

*sociais e relativas aos trabalhadores, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno”.*

Os princípios básicos divulgados quer pela Comissão Europeia quer pelo IIRC, sustentam a preparação da informação de forma a que a mesma seja importante, precisa e que as partes interessadas possam confiar. Apenas se todas as informações divulgadas seguirem os mesmos princípios é possível compará-las.

Já os conteúdos essenciais, também divulgados pela Comissão Europeia e IIRC, dizem respeito a informações essenciais para que um RI esteja completo. Se todos os relatórios integrados divulgarem informação sobre cada um destes pontos, é possível comparar informações de diferentes empresas.

#### **2.3.3.4 Princípios Básicos**

O IIRC (2011), identifica os seguintes princípios orientadores para a realização de um relatório integrado:

- › Foco na Estratégia – o relatório integrado deve fornecer *insights* das estratégias adotadas pela empresa;
- › Orientações para o futuro – este princípio relaciona-se com o anterior, na medida em que deve ser feita menção ao facto de como as medidas estratégicas adotadas pela empresa criam e sustentam valor ao longo do tempo. Para além disso, deve ainda fazer menção às expectativas que a administração tem para o futuro;
- › Conectividade de informação – este tipo de relatórios deve ser explícito quanto a relações e conexões do modelo de negócios da empresa;
- › Responsividade e inclusão dos *stakeholders* – as relações que a empresa tem com os seus principais interessados, bem como a consideração que a empresa tem pelas opiniões destes, deve estar representada nestes relatórios;
- › Concisão, confiabilidade e materialidade – toda a informação que consta nos relatórios integrados deve ser concisa e de confiança, bem como ter relevância e, ou materialidade para ser analisada.

Já a comunicação da Comissão Europeia COM 2017/C 215/01, menciona os seguintes princípios básicos:

- › Divulgação de informação pertinente (“materiais”) – os relatórios não financeiros devem disponibilizar informações pertinentes e que se manifestem como mais propícias a riscos e/ou impactos graves de acordo com o que já foi registado anteriormente, ou aquilo que possa ter impacto no futuro. Para a elaboração dos relatórios não financeiros, devem ser tidos em conta os principais elementos de criação de valor da empresa, questões essenciais e pertinentes que devem ser divulgadas;
- › Informação rigorosa, equilibrada e compreensível – a rigorosidade da informação pode ser comprovada através dos mecanismos de governo da empresa adequados, sistemas de controlo interno e comunicação interna, envolvimento com as partes interessadas e garantia de fiabilidade por parte de entidades externas independentes (ROC);
- › Abrangentes, mas concisas – para cumprir este ponto, devem ser divulgadas, no mínimo, informações relacionadas com questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, direitos humanos, combate à corrupção e tentativa de suborno. Por forma a manter a concisão da informação, deve haver garantia de que são divulgadas informações materiais ao invés de informações sem impacto;
- › Estratégicas e prospetivas – os relatórios não financeiros devem disponibilizar informação sobre o modelo empresarial, a sua estratégia e implementação e ainda explicar quais os resultados esperados a curto, médio e longo prazo;
- › Orientadas para as partes interessadas – devem ser privilegiadas um grupo coletivo de interessados, tais como: investidores, trabalhadores, consumidores, fornecedores, parceiros sociais, sociedade civil, entre outros;
- › Lógicas e coerentes – os conteúdos do relatório não financeiro devem estar interligados e deve existir coerência entre as informações publicadas.

Por fim, podemos apresentar ainda os princípios básicos identificados pela Diretiva 2014/95/UE:

- › Breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- › Descrição das políticas seguidas pela empresa;
- › Resultados dessas políticas;
- › Principais riscos associados ao modelo de negócio e das políticas seguidas;
- › Indicadores-chave de desempenho relevantes para a atividade da organização.

A Tabela 2 compara os princípios básicos das três fontes estudadas:

Tabela 2 - Comparação dos Princípios Básicos

IIRC	Diretiva 2014/95/UE	Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01
Foco na estratégia	Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Estratégicas e prospetivas
	Principais riscos associados ao modelo de negócio e das políticas seguidas	
	Descrição das políticas seguidas pela empresa	
Orientações para o futuro	Resultados das políticas utilizadas	
Conectividade de informação		Lógicas e coerentes
		Rigorosas, equilibradas e compreensíveis
Responsividade e inclusão dos <i>stakeholders</i>		Orientadas para as partes interessadas
Concisão, confiabilidade e materialidade		Abrangentes, mas concisas
		Divulgação de informação pertinente ("materiais")
	Indicadores-chave de desempenho relevantes para a atividade da organização.	

Fonte: Elaboração própria com base nos Princípios básicos divulgados no IIRC (2011), na Diretiva 2014/95/UE e pela Comissão Europeia COM 2017/C 215/01

### 2.3.3.5 Conteúdos essenciais

Quanto ao conteúdo que deve constar no relatório integrado, o IIRC (2011) e a Comissão Europeia COM 2017/C 215/01 (CE, 2017), identificam seis questões que devem ser respondidas ao longo do relatório e que se encontram descritas nos Apêndices 1 e 2, respetivamente. No artigo 66ºB – “Demonstração não financeira” do CSC que foi aditado pelo Decreto-Lei nº89/2017 de 28 de julho de 2018 identifica cinco aspetos que devem ser considerados (Tabela 3), sem exemplificar nem apresentar muito pormenor.

A comunicação feita pela Comissão Europeia ainda sugere orientações para as empresas relativas aos sistemas de relato, comunicação essa que refere que “*as empresas (...) podem recorrer a sistemas nacionais, a sistemas da União, como o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), ou a sistemas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas*”.

A descrição da política de diversidade nos órgãos de governo não faz parte das demonstrações não financeiras. No entanto, empresas cotadas em bolsa têm de divulgar uma nota sobre a governação da sociedade. Desta forma, a Comissão Europeia orienta para que seja abordado este ponto identificando a diversidade de idades, sexos, habilitações e antecedentes profissionais.

**Tabela 3 - Comparação dos Conteúdos Essenciais**

<b>IIRC (2011)</b>	<b>Comissão Europeia</b>	<b>DL n°89/2017</b>
<b>Elementos de Conteúdo</b>	<b>Elementos de Conteúdo</b>	<b>Elementos de Conteúdo</b>
Visão geral da organização e modelo de negócios	Modelo Empresarial	Breve descrição do modelo empresarial da empresa
	Políticas e Diligência devida	Breve descrição das políticas seguidas
	Resultados	Resultado dessas políticas
	Principais riscos e respetiva gestão	Principais riscos associados à atividade da empresa e como são geridos
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.
Performance		
Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar		
Governança e remuneração		
Contexto operacional		
Perspetivas Futuras		
	Aspetos temáticos	

Fonte: Elaboração Própria, com base nos Conteúdos Essenciais divulgados no IIRC (2011), pela Comissão Europeia e pelo DL n°89/2019.

Através da análise da Tabela 3, conseguimos perceber que os conteúdos essenciais divulgados pela Comissão Europeia e pelo Decreto-Lei são muito semelhantes. No entanto, a Comissão Europeia apresenta um ponto (não transposto para o DL) de “aspetos temáticos” e na publicação feita inclui detalhe do que deve ser identificado por cada ponto, bem como alguns exemplos.

Por outro lado, verificamos que os conteúdos essenciais do IIRC apenas têm um ponto em comum com a Comunicação feita pela Comissão Europeia e DL n°89/2017. Os restantes pontos vão para além daquilo que é considerado como essencial nestas duas publicações.

### 3. Revisão de Literatura

Após a contextualização geral sobre o relato da informação não financeira e do relato integrado em particular, neste ponto faz-se referência a vários estudos científicos publicados sobre a temática do relato integrado. O objetivo é conhecer o estado da arte da investigação sobre esta temática, e em particular a abrangência dos vários estudos publicados. É possível encontrar na literatura estudos sobre os benefícios do relato integrado (Zhou, Simnett e Green, 2017); nível de divulgação do RI (Adhikariparajul et al. 2019); relação entre a qualidade da informação publicada e as práticas de gestão da empresa (Pavlopoulos, Magnis e Emmanuel, 2017); divulgação do RI face à localização geográfica das empresas (Marques, 2016); impacto do RI nas mudanças internas numa empresa (Dumay e Dai, 2017); consequências da divulgação de um RI com qualidade (Barth et al 2017); práticas de divulgação num determinado país (Alberto e Guerreiro, 2018); determinantes da adoção de RI (De Villiers et al., 2016); entre outros tópicos.

Zhou, Simnett e Green (2017) disponibiliza evidências sobre os benefícios do relatório integrado. Ao observar 443 empresas que constavam na bolsa de valores da África do Sul em 2009 e 2010, conseguiu concluir sobre dois fatores associados ao RI:

- A divulgação de relatórios integrados está negativamente associada ao erro de previsão de ganhos dos investidores. Isto é, a informação estratégica e corporativa orientada para o futuro divulgada neste tipo de relatório, contribuiu de forma positiva para a criação das expectativas corretas quanto aos ganhos futuros por parte dos investidores;

- Quanto mais corretas forem as informações disponibilizadas no RI, menor será o custo do capital. Ou seja, os investidores estão dispostos a obter uma taxa de retorno inferior como consequência da diminuição do risco de informação inadequada.

Adhikariparajul et al. (2019) fez uma análise de conteúdo com 135 instituições de ensino do Reino Unido ao longo de três anos letivos: 2013/14, 2014/15, 2015/16. Este estudo concluiu que o nível de divulgação de RI aumentou de 47% para 70%. Esta conclusão indicia em que as universidades inglesas estão a começar a adotar uma abordagem de pensamento integrado quando fazem o relato das suas atividades.

Pavlopoulos, Magnis e Emmanuel (2017) fizeram um estudo baseado em 82 empresas internacionais, entre 2011 e 2015, e concluíram que existe uma relação positiva entre a qualidade da informação publicada no RI e o tipo de práticas de gestão utilizadas pelas empresas. Conseguiram ainda concluir que, quanto mais membros a gestão da empresa tiver, que sejam independentes e não executivos, maior a qualidade das publicações e a qualidade da informação do RI e diminuição dos custos de agência.

Marques (2016), fez um estudo que conclui que empresas que pertencem a países em que a representação coletiva dos interesses dos trabalhadores através de sindicatos tem importância significativa, tendem a elaborar e a divulgar o RI. Em paralelo, empresas pertencentes a países em que é dada importância à participação cívica na criação legislativa e na atuação governamental, tendem a elaborar e a divulgar o Relatório Integrado.

Dumay e Dai (2017), estudaram o impacto do RI nas alterações dentro de uma organização. Este estudo conclui que as empresas ao realizarem um RI, ficam com uma visão mais clara da informação e, assim, permite descobrir limitações nos seus planos estratégicos. No entanto, não é expectável que existam alterações no dia-a-dia dos colaboradores. Outra das conclusões, está relacionada com o facto da cultura das empresas já lhe estar intrínseca e de tal forma incorporada na organização que a realização do RI não trará qualquer influencia nessa cultura.

Um estudo feito com base em empresas da África do Sul, onde o RI já é obrigatório para empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo, Barth et al (2017) concluíram que existe uma relação positiva entre a qualidade o relatório integrado e a liquidez da empresa, bem como aos fluxos de caixa futuros esperados. Esta situação deve-se ao facto de os resultados dos fluxos de caixa futuros esperados estarem relacionados com a melhor tomada de decisão que é facilitada através do RI. Para além disso, concluíram também que empresas com um bom relatório integrado fazem investimentos mais eficientes.

Alberto e Guerreiro (2018) fizeram um estudo sobre a informação não financeira divulgada pelas empresas portuguesas da indústria do papel – Altri, Inapa e Navigator. Ao analisarem os relatórios não financeiros divulgados, quer sejam integrados ou de sustentabilidade, chegaram a várias conclusões como: informações relativas ao suborno, corrupção e aos direitos humanos são as menos disponibilizadas pelas empresas; o facto de haver bastante flexibilidade quanto ao formato do relato não financeiro, torna a comparação entre empresas difícil; a informação que predomina nestes relatórios é favorável à empresa, não

sendo cumprido o princípio do equilíbrio entre aspetos favoráveis e desfavoráveis; não existe uma ligação explícita entre as políticas definidas pela empresa e os resultados financeiros ou não financeiros; os riscos que podem afetar o modelo empresarial são insuficientes, por forma a, mais uma vez, beneficiar a imagem da empresa.

O estudo de De Villiers et al (2016), identifica os determinantes da adoção de RI num determinado país, chegando às seguintes conclusões: a probabilidade de uma empresa divulgar o seu RI é maior em países com leis que protegem o investimento e onde existem mais gastos com educação superior; empresas que operam em países de direito civil são mais propensas a preparar RI; informação integrada é mais provável ser divulgada por empresas mais feministas. Ainda neste estudo, são identificadas formas de medir a qualidade dos RI, como por exemplo através das medidas sociais, ambientais e questões de governança fornecidas pelos bancos, como as *Environmental, Social and Governance (ESG)*<sup>6</sup> disponibilizadas pela *Bloomberg* e comercializadas com o nome *Reprisk* ou as *ASSET 4*<sup>7</sup> pela *Thomson Reuters*. Para além disso, sugerem ainda que a qualidade dos RI pode ser medida através de fontes externas que concedessem prémios de RI através da análise de conteúdo.

Mervelskemper, L. and Streit, D. (2016), realizou um estudo onde pretende comprovar se os RI estão a cumprir a promessa de aumentar a avaliação de mercado e do desempenho de ESG de uma empresa. Através de um estudo de hipóteses as conclusões comprovam que empresas que divulgam RI, são mais valorizadas em termos de desempenho das ESG do que empresas que apenas disponibilizam relatório autónomo.

---

<sup>6</sup> *Environmental, Social and Governance (ESG)* – Conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que têm o objetivo de guiar investimentos e escolhas de consumo focadas na sustentabilidade.

<sup>7</sup> *ASSET 4* – conjunto de dados de responsabilidade social corporativa.

## 4. Metodologia

Este estudo tem como objetivo analisar com detalhe o conteúdo dos relatórios integrados de empresas portuguesas por forma a concluir quais as temáticas mais abordadas e se seguem o que o IIRC e pela COM 2017/C 215/01 consideram como conteúdos essenciais. Para isso, serão analisados os conteúdos os RI de sete empresas portuguesas publicados entre 2016 e 2019 tendo por base os conteúdos essenciais identificados pelo IIRC e pela COM 2017/C 215/01.

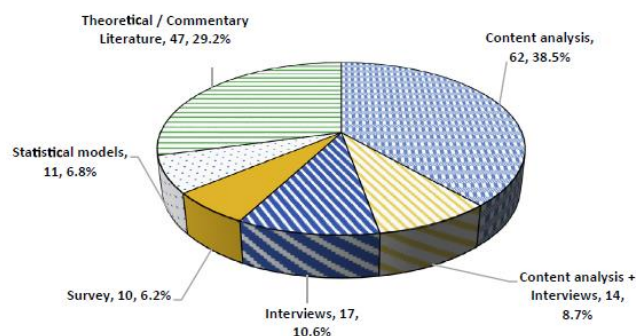
Para obter os resultados que permitam concluir e encontrar respostas aos objetivos propostos, foram recolhidos e analisados os relatórios integrados das empresas selecionadas.

Foi pensado optar por casos de estudo múltiplos. Yin (2003), defende que o estudo de caso se trata de uma investigação empírica através da qual é possível investigar um fenómeno no seu ambiente real. Este estudo é possível quando não existem fronteiras evidentes entre o fenómeno e o seu contexto e no qual se utilizam múltiplas fontes de evidência.

Apesar do estudo de caso ser uma metodologia viável e aceite cientificamente, de acordo com Yin (2003), citado em Gonçalves (2018), este tipo de investigação apresenta algumas vulnerabilidades no sentido em que, no fim podem resultar conclusões diferentes do esperado no início do estudo.

Para além disso, deve ainda ser utilizada uma metodologia qualitativa, ou seja, uma investigação que permite compreender, interpretar e explicar as práticas sociais atendendo a um contexto organizacional e social amplo, no qual estas práticas se desenvolvem. (Lopes, 2018). Vários estudos têm recorrido a esta metodologia como por exemplo Carreira e Palma (2012); Zaro et al (2013) e O'Dwyer (1999).

Para a análise dos relatórios recorreu-se à técnica de análise de conteúdo e elaboração de tabelas em Excel. Esta é uma técnica muito utilizada em estudos na área da Contabilidade Social e Ambiental (área em que se insere o presente trabalho) como concluído por Mata, Fialho e Eugénio (2018). A Figura 3 mostra que 38,5% da amostra recorreu à técnica de análise de conteúdo isolada e mais 8,7% recorreram a esta técnica em conjunto com entrevistas.



**Figura 2 - Principais metodologias utilizadas**

Fonte: Mata, Fialho e Eugénio (2018)

A análise de conteúdo é uma metodologia utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e/ou textos. O objetivo desta análise é criar descrições qualitativas ou quantitativas por forma a atingir entendimento que vai para além da leitura comum.

No quadro seguinte apresentamos um conjunto de estudos que utilizaram esta técnica:

**Tabela 4 - Estudos que recorreram à técnica de análise de conteúdo**

Metodologias de Investigação	Referências Bibliográficas
Análise de conteúdo	De Villiers and Staden (2006); Tilt (2001); Ogden and Clarke (2005); Larrinaga et al. (2001); Wilmshurst and Frost (2000); Kuasirikun and Sherer (2004); Campbell et al. (2003a); Unerman (2000); Adams and Kuasirikun (2000); and Larrinaga et al. (2002)Caetano e Eugénio (2015); O'Dwyer e Unerman (2016); Perego et al (2016); Pereira (2016); Casca et al (2017); Eugénio et al (2015); Dias (2009); Kassai e Carvalho (2013); ; Lucila et al (2013); Eugénio (2017); ; Adhikariparajul et al (2019)

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2018) e Eugénio et al. (2010)

De acordo com Hsieh, H., & Shannon, S. (2005), existem três abordagens possíveis para a análise de conteúdo: convencional, direcionada ou sumativa, tal como indicado na Tabela 5.

**Tabela 5 - Diferenças entre as abordagens de Análise de Conteúdo**

<b>Abordagem</b>	<b>Início do Estudo</b>	<b>Momento de definição de palavras-chave</b>	<b>Fonte de palavras-chave</b>
Convencional	Observação	Durante a análise	Derivado de dados
Direcionada	Teoria	Durante e depois da análise	Derivado de teorias ou pesquisas
Sumativa	Palavras-chave	Antes e durante a análise	Derivado de pesquisa ou revisão de literatura

Fonte: Adaptado de Hsieh, H., & Shannon, S. (2005)

No presente estudo a abordagem a utilizar será a sumativa uma vez que envolve contagem e comparações, seguida pela interpretação. As palavras-chave escolhidas tiveram origem na revisão de literatura efetuada e são os tópicos dos conteúdos essenciais através dos quais será feita a avaliação de cada um dos RI a estudar, como será explicado mais à frente no capítulo 5.

Para a seleção da amostra foi utilizada uma base de dados disponibilizada pela GRI a 16 de abril de 2019, com indicação das empresas de todo o mundo que publicaram relatórios de sustentabilidade entre 1999 e 2019. Partindo do ano 2016 até 2019, juntamos todas as empresas que já haviam publicado Relatórios Integrados e de Sustentabilidade em Portugal. Posteriormente, foi efetuada uma pesquisa na internet tendo como referência de procura palavras como “Nome da empresa – relatório integrado – ano” e “Nome da empresa – Relatório de sustentabilidade – ano”, por forma a concluir o tipo de relatório que a empresa havia publicado. Os resultados apresentam-se no Apêndice 3, totalizando 38 empresas.

Para além desta base de dados, foi ainda feita uma pesquisa com base nas palavras “Relatórios Integrados publicados em Portugal” de onde foram obtidas mais duas empresas que tinham publicado o seu relatório integrado, mas que não constavam da base de dados do GRI. (Tabela 6):

**Tabela 6 - Resumo de Publicação de Relatórios de Sustentabilidade e Integrados em Portugal (WEB)**

Identificação da Empresa	2016		2017		2018	
	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado
Garrigues	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
SATA	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria

A amostra final foi composta por todas as empresas que na designação do relatório tinham a expressão: “Relatório Integrado”. Esta opção foi tomada devido ao objetivo deste trabalho ter um foco no relato integrado. A comparação dos conteúdos (como explicado no ponto seguinte) foi efetuada com base em normativos recentes que indicam orientações focadas para o relato integrado (embora estas orientações possam ser alargadas para a publicação de um relatório de sustentabilidade).

Assim, a amostra final é composta por 23 relatórios integrados, referentes a 7 empresas publicados com referência aos anos entre 2016 e 2019, de acordo com a Tabela 7.

**Tabela 7 - Amostra para estudo**

Identificação da Empresa	Nome das Publicações			
	2016	2017	2018	2019
BONDALTI	n/a	Relatório integrado 2017	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019
Brisa	Relatório integrado 2016	Relatório integrado 2017	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019
CTT	n/a	n/a	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019
Galp Energia	n/a	n/a	Relatório integrado 2018	Relatório integrado de Gestão 2019
José de Mello Saúde	Relatório integrado 2016	Relatório integrado 2017	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019
Garrigues	Relatório integrado 2016	Relatório integrado 2017	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019
SATA	Relatório integrado 2016	Relatório integrado 2017	Relatório integrado 2018	Relatório integrado 2019

Fonte: Elaboração própria

Para o tratamento de dados e análise de conteúdo foi elaborada uma avaliação tendo em conta o cumprimento da divulgação dos conteúdos essenciais nos relatórios integrados de acordo com o IIRC (2011) e o documento da Comissão Europeia COM 2017/C 215/01, como demonstrado no Apêndice 4.

O objetivo desta análise não será ir ao máximo detalhe de cada subponto identificado como “O que identificar”, mas sim ter uma ideia geral sobre a divulgação ou não de cada um dos pontos.

Para o preenchimento da tabela do Apêndice 4, com recurso ao Excel, foi considerada uma escala de 0 a 3, tendo em conta a ausência ou não de informação, o sentido dessa informação e o detalhe:

**Tabela 8 - Escala na avaliação da informação dos Relatórios Integrados**

<b>Escala</b>	<b>Classificação</b>
0	Não é feita referência, embora possa ser importante para a sua atividade.
1	Não é feita referência, embora não seja importante para a sua atividade.
2	É divulgado de forma pouco detalhada.
3	É divulgado de forma detalhada e completa.

Fonte: Elaboração própria

## **5. Apresentação e Discussão dos Resultados**

Neste capítulo, apresenta-se uma análise qualitativa dos relatórios integrados de sete empresas portuguesas com o objetivo de avaliar os seus relatórios integrados tendo em conta o nível de divulgação de informação. Ao longo deste capítulo optou-se por apresentar as principais conclusões, em resumo, da análise mais detalhada dos relatórios integrados com o intuito de tornar uma leitura mais interessante e fluida e trazer ao leitor a compreensão dos principais conteúdos divulgados e das diferenças de divulgação entre empresas.

Assim, neste capítulo será feita uma pequena apresentação de cada uma das empresas selecionadas na amostra. É ainda apresentada por empresa uma tabela de classificação resumo com a média da classificação atribuída a cada subponto de “Conteúdos Essenciais”. As tabelas com as classificações completas encontram-se nos anexos.

## 5.1 BONDALTI

A Bondalti Capital, S.A. é detida a 100% pela José de Mello Capital, S.A. É um centro corporativo de empresas sediadas em Portugal e Espanha que se dedica, principalmente, à indústria química.

Esta empresa publicou o seu primeiro RI em 2017. Os relatórios analisados (2017 a 2019) foram elaborados seguindo as seguintes metodologias:

- *Integrated Reporting do International Integrated Reporting Council (IIRC)*;
- *GRI Standards do Global Reporting Initiative (GRI)* na opção de acordo- essencial – apenas elementos essenciais à redação de um relatório de sustentabilidade; não abrange informações sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização;
- Artigo 66º do CSC – Relatório da Gestão;
- Artigo 130º do CIRC articulado com a Portaria nº 92-A/2011 de 28 de fevereiro. Este artigo diz que os sujeitos passivos estão obrigados a constituir e a manter um processo de documentação fiscal, nomeadamente o dossier fiscal, que deve conter elementos definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

De realçar que para esta empresa foram apenas analisados 3 RI, uma vez que o primeiro foi publicado em 2017.

Segue-se o resumo da classificação para a empresa Bondalti, na Tabela 9. Como referido anteriormente, as tabelas resumidas vão identificar a média da classificação atribuída a cada ponto de “Conteúdos Essenciais”. A classificação de cada subponto, encontra-se na tabela completa no Apêndice 5 e assim sucessivamente.

**Tabela 9 – Classificação resumida Bondalti**

	Conteúdos Essenciais	2017	2018	2018	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,4	2,7	2,6	2,5
	Contexto operacional	2,0	2,4	2,4	2,3
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	0,0	2,0	2,0	1,3
	Governança e remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0
	Performance	0,0	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,7	2,7	2,2	2,5
	Políticas e diligência devida	0,0	1,0	1,0	0,7

	Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	0,0	1,7	1,7	1,1
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	1,5	1,5	1,5	1,5
<b>Total</b>		<b>10,5</b>	<b>15,9</b>	<b>15,4</b>	<b>13,9</b>

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que os principais temas divulgados se referem à visão geral da organização e modelo de negócios, onde são identificados temas como a descrição do ambiente empresarial através de organogramas com o processo de produção; descrição do organização empresarial também através de organogramas com a estrutura orgânica e funcional; objetivos estratégicos mencionados no tópico de “Prioridades estratégicas” em 2017, “Previsões 2019 e Objetivos Futuros” em 2018 e “Garantir o futuro” em 2019; como gera valor através de um esquema de esforço, resultado e valor gerado. Aspetos como a missão da empresa também são avaliados neste ponto, as principais atividades e a atitude face ao risco.

Em relação aos temas menos abordados, identifica-se quatro: governança e remuneração, performance, perspetivas futuras e resultados. Assim sendo, esta conclui-se que a Bondalti não divulga informações sobre o processo de tomada de decisão, a remuneração dos executivos, como é que se saiu face aos objetivos estabelecidos em anos anteriores, preparação necessária para as alterações a nível operacional no futuro, entre outros.

A principal alteração verificada em 2018, deve-se ao ponto relativo à gestão de risco. “*A Gestão de Risco foi outro dos importantes temas trabalhados pela Bondalti em 2018*” – Bondalti, Relatório Integrado (2018). Neste ano foi publicado um capítulo dedicado à gestão do risco, onde é mencionada a atitude face ao risco, são dados exemplos de riscos e estabeleceu-se correspondência entre os critérios de impacto do Processo de Gestão de Risco.

Em relação à medição dos objetivos alcançados em 2017, nada foi referido. No entanto, em 2018 existe um ponto do relatório em que é feita a comparação entre o resultado operacional e as vendas em quantidade reais face ao que havia sido orçamentado. Apesar disso, a informação parece insuficiente face ao volume operacional em causa.

A variação verificada na classificação de 2019 face à de 2018, deve-se ao facto de em 2019 não ter sido divulgado um organograma com a estrutura orgânica e funcional da empresa que permitia identificar toda a estrutura da empresa desde o conselho de administração às áreas corporativas e de suporte.

No que concerne ao futuro, ao longo do texto são apresentados vários objetivos futuros. No entanto, não é feita menção a como é que seria expectável atingi-los nem quando.

Em relação a outras informações, em 2017 aquela que tem maior destaque refere-se à participação da empresa num estudo para avaliar o impacto socioeconómico do Complexo Químico de Estarreja a nível regional e nacional. Em 2018 foi divulgado um capítulo sobre o Capital Intelectual da empresa, uma vez que são vários os colaboradores da Bondalti envolvidos em atividades de I&D e Inovação.

Concluindo, a análise destes Relatórios Integrados vai ao encontro daquilo que já havia sido concluído pelo Alberto e Guerreiro (2018): as informações sobre o suborno/corrupção e direitos humanos são as menos divulgadas pelas empresas.

## 5.2 Brisa

A empresa Brisa Autoestradas de Portugal, atua em várias áreas de negócio das quais se destacam a concessão rodoviária, serviços de suporte às concessões rodoviárias, inspeções automóveis, serviços tecnológicos e de mobilidade. Desta forma, o RI inclui todos estes segmentos e existe uma análise individual de cada um deles.

Em 2016, foi o primeiro ano em que a Brisa emitiu o seu RI, com o objetivo de “*melhorar a perceção de todas as partes interessadas*” - Brisa, Relatório Integrado (2016).

Segue-se o resumo das classificações, presente na Tabela 10 – Média das classificações atribuídas por cada ponto - sendo que a tabela completa se encontra no Apêndice 6 – Classificação atribuída por cada subponto.

**Tabela 10 - Classificação Resumida Brisa**

Conteúdos Essenciais		2016	2017	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,8	2,8	2,5	2,8	2,7
	Contexto operacional	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Governança e remuneração	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Performance	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,3	2,3	2,3	2,5	2,4
	Políticas e diligência devida	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que os principais temas divulgados se referem à visão geral da organização e modelo de negócios, onde são identificados temas como a missão da empresa - “*Proporcionar mobilidade eficiente para as pessoas*” - Brisa, Relatório Integrado (2017 a 2019); principais atividades bem como os produtos e serviços que são apresentados no mapa com o título “Perfil Brisa”; forma de criação de valor; atitude face ao risco divulgado através de um esquema com os passos a seguir. No entanto, o ponto a que foi atribuída a classificação mais alta foi o relacionado com aspetos temáticos, onde são abordados temas como questões ambientais e sociais, realçando que a empresa disponibiliza um capítulo de informação sobre cada um dos temas; questões relativas à corrupção e suborno, sendo que são apresentadas ações desenvolvidas para dar resposta a ocorrências relacionadas com esses temas; e questões de direitos humanos.

Em relação aos temas menos abordados, identifica-se quatro: objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar, performance, perspectivas futuras e resultados. Assim sendo, esta conclui-se que a Brisa não divulga informações sobre como mede os objetivos alcançados, como é que se saiu face aos objetivos estabelecidos em anos anteriores, preparação necessária para as alterações a nível operacional no futuro, entre outros.

Ao comparar os quatro anos analisados, verificamos que a informação e a estrutura dos RI de 2016 e 2017 são muito semelhantes. O mesmo não aconteceu em 2018 e 2019 uma vez que a estrutura foi alterada, bem como o seu conteúdo. A principal variação entre 2017 e 2018, diz respeito aos fatores críticos avaliado no primeiro ponto (Visão geral da organização e modelo de negócios) da tabela resumida. Em 2018, esses fatores críticos deixaram de ser apresentados, mas em 2019 voltou a ser feita referência a este assunto. Também em 2019, a empresa incluiu um quadro com referência aos mercados onde estava inserida. Nos anos anteriores essa informação encontrava-se dispersa ao longo do texto.

Durante o ano 2016 e 2017, apesar de não existir um tópico relacionado com os fatores críticos de negócios, era feita a seguinte referência: “*as relações virtuosas e as externalidades positivas que um capital intelectual robusto consegue gerar, são dos principais fatores críticos de sucesso*” - Brisa, Relatório Integrado (2017). No ano de 2018, não foi feita nenhuma menção a este ponto. Já em 2019, a referência feita é a seguinte: “*A Brisa promove o desenvolvimento do seu negócio de acordo com os padrões mais exigentes de inovação - tecnológica, de serviços, de processos, entre outros -, como fator crítico de sucesso*” - Brisa, Relatório Integrado (2019).

Também nos RI da Brisa, verificamos que não existe evidência da medição dos objetivos alcançados. Em relação ao futuro são apresentados vários objetivos durante o texto. No entanto, não é feita menção a como é que seria expectável atingi-los nem quando.

Em relação à publicação de outras informações, a Brisa faz referência a “Destaques e Eventos do ano” e a “Prémios e Reconhecimentos Externos”.

De salientar a identificação de políticas-anticorrupção nos quatro anos, bem como a apresentação de incidentes confirmados e ações tomadas relacionadas com corrupção.

Em conclusão, os relatórios integrados divulgados pela Brisa têm sofrido alterações positivas, isto é, têm sido divulgadas mais informações. O estudo de Adhikariparajul et al. (2019) é baseado em instituições de ensino do Reino Unido conclui que o nível de divulgação de RI aumentou de 47% para 70%. Apesar de a Brisa não ser do mesmo setor de atividade do estudo de Adhikariparajul et al. (2019), o aumento da divulgação de informação por parte da empresa estudada, pode manifestar um estágio a adotar uma abordagem de pensamento integrado quando fazem o relato das suas atividades

### 5.3 CTT

Os CTT – Correios de Portugal, SA são uma empresa com uma história de quase 500 anos cujo objetivo passa por “*aproximar os portugueses e o mundo*”<sup>8</sup>. Em 2019, o negócio dos CTT passava por quatro atividades principais: correios, expresso e encomendas, banco e serviços financeiros.

De notar que o primeiro RI divulgado pelos CTT foi em 2018, daí não ter sido feita análise de 2016, nem 2017.

Mais uma vez, a tabela de classificação completa encontra-se nos apêndices (Apêndice 7) onde é possível identificar a classificação atribuída por subponto. Segue a Tabela 11 de classificação resumo, onde se encontra a média da avaliação dada por cada ponto de conteúdos essenciais:

---

<sup>8</sup> Consultado em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/a-empresa/quem-somos/marca-ctt>, a 17-09-2020.

**Tabela 11 - Classificação Resumida CTT**

	Conteúdos Essenciais	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,4	2,3	2,3
	Contexto operacional	2,0	2,0	2,0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	2,0	2,0	2,0
	Governança e remuneração	1,0	1,0	1,0
	Performance	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,5	2,2	2,3
	Políticas e diligência devida	1,0	1,0	1,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	3,0	3,0	3,0
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	3,0	3,0	3,0
<b>Total</b>		<b>18,9</b>	<b>18,5</b>	<b>18,7</b>

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a coluna “Total (média)” da Tabela 11, conclui-se que os principais aspetos divulgados no RI dos CTT, estão relacionados com visão geral da organização e modelo de negócios, onde são identificados temas como a forma de gerar valor que é apresentada através de um esquema de *inputs*, estratégia de negócio e *outputs*; identificação dos mercados onde está inserida, apresentado em forma de gráfico; objetivos estratégicos, que são divulgados por negócio; tendências que podem afetar o futuro, inseridos num capítulo sobre perspetivas futuras; atitude face ao risco onde é identificado todo o processo; entre outros.

No RI dos CTT como já tinha acontecido com a Brisa, a pontuação máxima foi atribuída ao ponto de aspetos temáticos. Neste tópico são avaliados aspetos relacionados com questões ambientais e sociais, realçando que a empresa disponibiliza um capítulo de informação sobre cada um dos temas; questões relativas à corrupção e suborno e direitos humanos.

No que diz respeito aos temas menos divulgados, identificam-se três: performance, perspetivas futuras e resultados. Assim sendo, conclui-se que os CTT não divulgam informação como é que se saiu face aos objetivos estabelecidos em anos anteriores, preparação necessária para as alterações a nível operacional no futuro, os resultados em consequência das políticas adotadas, entre outros.

No RI dos CTT não foi feita referência à missão da empresa. Apesar disso, durante todo o relatório é feita menção ao *slogan* “Move-nos ...”. Em relação à descrição do ambiente empresarial, não foi observado um esquema de produção ou algo que se assemelhe. No entanto, e uma vez que se trata de uma empresa de prestação de serviços, não se considerou que essa informação fosse relevante.

Novamente, em relação à performance e perspectivas futuras as conclusões não são completas. No que diz respeito à performance, são apresentados alguns indicadores, mas não são relacionados com os objetivos e a estratégia da empresa. São apresentadas as perspectivas futuras, mas não são explicados os pressupostos operacionais nem a gestão a curto, médio e longo prazo.

Comparando os dois anos em análise a maior diferença verifica-se no ponto relativo à “Descrição da organização empresarial”. Em 2018 existia um organograma que permitia identificar a organização empresarial desde o CEO aos restantes departamentos. Apesar disso, verificou-se uma melhoria no ponto “Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro”, devido ao facto de em 2019 ter sido divulgado um capítulo com perspectivas futuras.

No que diz respeito a outras informações destaca-a a referência a prémios e reconhecimentos externos, indicadores de sustentabilidade e compromissos de sustentabilidade.

Sendo o RI dos CTT um dos que teve melhor classificação, podemos concluir que é um dos que presta mais informação e, por isso, tem mais qualidade enquanto relatório integrado. Quanto mais informação foi divulgada, mais informadas são as decisões que se tomam e, por isso, com menor risco.

## **5.4 Galp Energia**

Galp Energia, SA, é uma empresa no setor da energia que exerce atividade em três setores: Exploração e produção; Refinação e Distribuição e *Gás e Power*.

De acordo com o RI em análise, o objetivo é “*providenciar uma visão global, transparente e rigorosa, dos processos através dos quais criamos valor económico, ambiental e social, assim como a divulgar os nossos resultados do período e as nossas práticas de governo societário.*” – Galp, Relatório Integrado (2018).

No anexo A4 é possível verificar a classificação detalhada. Segue a tabela resumo da classificação da GALP Energia, Tabela 12.

**Tabela 12 - Classificação Resumida GALP Energia**

	Conteúdos Essenciais	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,1	2,1	2,1
	Contexto operacional	2,0	2,0	2,0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	2,0	2,0	2,0
	Governança e remuneração	1,0	1,0	1,0
	Performance	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,8	3,0	2,9
	Políticas e diligência devida	1,0	1,0	1,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	3,0	2,0	2,5
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	2,3	2,3	2,3
<b>Total</b>		<b>18,2</b>	<b>17,4</b>	<b>17,8</b>

Fonte: Elaboração própria

Os principais temas divulgados são relativos ao modelo empresarial, onde são identificados aspetos como a descrição do ambiente empresarial através de um mapa que explica o processo produtivo deste a extração até à chegada ao cliente final; descrição do organização empresarial descrito no capítulo do modelo de governo; objetivos estratégicos mencionados no tópico de “A nossa estratégia”; como gera valor e os mercados onde está inserido; tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro divulgado no capítulo “Como planear o futuro”. O ponto relativo à gestão de risco obteve a segunda melhor classificação. Neste ponto, são classificados subpontos como a identificação do risco, como é que estes afetam o modelo de negócio e as medidas de mitigação. Todos estes pontos são abordados no capítulo sobre a gestão de risco.

Mais uma vez, os temas menos divulgados são performance, perspetivas futuras e resultados. A Galp não divulga informação sobre KPI’s do desempenho face aos seus objetivos estratégicos; impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende; Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas; Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas, entre outros.

Em relação ao RI da Galp, tal como o dos CTT também não é feita referência à missão da empresa. As áreas de negócio da empresa, como já referido, são exploração e produção, refinaria e distribuição e gás & power.

A classificação atribuída ao relatório de 2019, apresenta uma ligeira diminuição devido ao facto de neste ano não terem sido divulgadas medidas de mitigação de risco. Apesar disso, nesse ano, foi divulgado um capítulo sobre “Como planear o futuro” o que aumenta ligeiramente a pontuação. Nos restantes temas, os relatórios são muito semelhantes.

Em relação aos aspetos comerciais, é apresentado um organograma com a identificação dos principais clientes (famílias, empresas e cidades). No entanto, não é feita nenhuma referência em termos de leis e regulamentos aplicáveis como mencionado com IIRC.

Ao contrário do verificado nas análises aos RI anteriores, a Galp não dedica nenhum conteúdo do seu RI para questões ambientais e sociais. É feita menção ao assunto num capítulo de informação não financeira, mas são apenas partilhadas as políticas em vigor e não a atitude da empresa face a estes aspetos temáticos. Apesar disso, a empresa disponibiliza no seu *website* um separador com informação sobre a abordagem ao tema sustentabilidade.

A informação disponibilizada nos pontos relativos à performance da empresa e às perspetivas futuras é a mais incompleta. No que diz respeito à performance, existe um capítulo relativo ao desempenho atingido. No entanto, não é feita uma comparação com os objetivos pretendidos. Quanto às perspetivas futuras, nenhum dos subtópicos identificados pelo IIRC são abordados neste relatório.

De realçar que a empresa apresenta um capítulo dedicado ao compromisso de sustentabilidade a longo prazo.

De acordo com o estudo de Zhou, Simnett e Green (2017) sobre empresas cotadas em bolsa na África do Sul, concluiu que existem uma relação negativamente associada ao erro de previsão de ganhos dos investidores. Sendo a GALP uma empresa cotada em bolsa terá todo o interesse em manter os seus investidores corretamente informados.

## **5.5 José Mello e Saúde**

José Mello e Saúde é a empresa que detém os hospitais privados CUF e a 26 de junho de 2020 alterou a sua denominação social para CUF, SA.

O Grupo José Mello e Saúde é um grupo económico com atividade na indústria química, saúde, infraestruturas e mobilidade. De realçar que este grupo de empresas detém outras já estudadas como é o caso da Bondalti e Brisa.

Em 2016, foi o primeiro ano em que a empresa publicou o seu primeiro RI “*de acordo com a estrutura proposta pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) com o objetivo de apresentar o desempenho económico, social e ambiental da empresa e os resultados financeiros*” – José Mello e Saúde, Relatório Integrado (2016).

No anexo 5, é possível ver a tabela completa (Apêndice 9) de classificações para a empresa em estudo. A tabela que se segue, Tabela 13, apresenta uma sumula desses dados

**Tabela 13 - Classificação Resumida José Mello e Saúde**

	Conteúdos Essenciais	2016	2017	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
	Contexto operacional	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Governança e remuneração	0,0	0,0	1,0	0,0	0,3
	Performance	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
	Políticas e diligência devida	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	3,0	3,0	2,7	2,7	2,8
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	1,5	1,5	1,5	2,0	1,6
<b>Total</b>		<b>17,5</b>	<b>17,5</b>	<b>18,2</b>	<b>17,7</b>	<b>17,8</b>

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar as classificações atribuídas ao RI da José Mello e Saúde, verifica-se que os principais temas divulgados se referem à visão geral da organização e modelo de negócios e aos principais riscos e respetiva gestão. No que diz respeito ao primeiro ponto, é divulgada a missão, as principais atividades e os produtos e serviços. Quanto ao subponto de criação de valor é apresentado um modelo de negócios. Relativamente ao risco e à sua gestão é destacado um capítulo apenas dedicado a este tema.

Em relação aos temas menos divulgados, são semelhantes aos identificados até agora: performance, perspetivas futuras e resultados. A empresa em estudo não divulga informação como é que se saiu face aos objetivos estabelecidos em anos anteriores, preparação necessária para as alterações a nível operacional no futuro, os resultados em consequência das políticas adotadas, entre outros

No que diz respeito ao ponto de “Governança e remuneração” a alteração em 2018 prende-se com o facto de ter sido divulgado um ponto sobre a parte variável da remuneração que depende “*da avaliação do cumprimento de objetivos de desempenho coletivo, anuais e plurianuais, revistos anualmente*” (José Mello Saúde, Relatório Integrado (2018)). No entanto, em 2019 já não foi feita menção a aspetos relativos a remunerações variáveis de acordo com o desempenho.

Já no ponto relativo à Gestão de risco a evolução foi negativa, isto é, nos RI de 2016 e 2017 foi apresentado um quadro com a indicação do risco, a descrição e a estratégia de mitigação. Em 2018 e 2019, a forma de apresentar este capítulo foi alterada e no capítulo dedicado à gestão de risco foi apresentado e descrito o tipo de riscos, mas não foi feita nenhuma referência direta às medidas de mitigação.

De realçar que é a primeira empresa onde existe um ponto relativo aos "Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar" com classificação 3, uma vez que o RI publicado identifica um ponto onde descreve a estratégia e as concretizações no ano. Nesse ponto são ainda identificadas as metas para o ano seguinte.

Em 2019, verifica-se uma evolução no que diz respeito ao suborno e corrupção, uma vez que foi publicada uma política anticorrupção.

Mais uma vez, também neste RI não é feito qualquer tipo de referência a aspetos ligados a performance, políticas e diligências devidas, e resultados. Também no ponto relativo a perspetivas futuras a classificação foi 0. Apesar disso, a empresa apresenta um ponto com metas para o ano seguinte, mas não cumpre os subtópicos propostos pelo IIRC.

## **5.6 Garrigues**

A Garrigues é uma sociedade de advogados de origem espanhola, mas que presta serviços internacionalmente. Atua em inúmeras áreas de atividade como banca, propriedades indústrias, entre outros e noutros tantos setores de atividade como capital de risco e desporto e entretenimentos.

O relatório integrado da Garrigues de 2019, é o décimo-quarto consecutivo que é publicado pela empresa, apesar de anteriormente se denominar por Memória de Responsabilidade Social.

No decorrer da análise feita aos RI em causa, verificamos que no final de cada um dos relatórios se encontra uma verificação de Relatório de Sustentabilidade por parte da AENOR. Ou seja, este relatório apesar de se intitular de relatório integrado, as informações nele disponíveis são relativas a um Relatório de Sustentabilidade de acordo com as *GRI Standards do Global Reporting Initiative*. De realçar que quando uma empresa segue as diretrizes da GRI, não está necessariamente a seguir os conteúdos essenciais definidos pelo IIRC e pela COM 2017/C 215/01. Esta situação traduz-se numa limitação ao estudo derivada da amostragem

selecionada, uma vez que a seleção foi feita através do título das publicações que teria de ser “Relatório Integrado”. Neste caso, o título da publicação é adequado ao estudo, mas as diretrizes seguidas, não o são.

A Tabela 14, apresenta a classificação resumida atribuída a estes RI, sendo que a avaliação completa se encontra no Apêndice 10.

**Tabela 14 - Classificação Resumida Garrigues**

	Conteúdos Essenciais	2016	2017	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	1,2	1,3	1,3	0,9	1,2
	Contexto operacional	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Governança e remuneração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Performance	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	0,7	1,0	1,3	1,3	1,1
	Políticas e diligência devida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
<b>Total</b>		<b>8,0</b>	<b>8,4</b>	<b>8,7</b>	<b>8,3</b>	<b>8,3</b>

Fonte: Elaboração própria

A informação mais divulgada está relacionada com indicadores de desempenho e aspetos temáticos. Em relação aos indicadores de desempenho, são divulgadas informações são identificados indicadores-chave financeiros que permitem a comparabilidade entre empresas. Em relação aos aspetos temáticos, são disponibilizados dois capítulos de informação sobre o capital natural e capital social e relacional.

Da análise da Tabela 14, facilmente se conclui que muitos são os temas que ficaram por abordar no RI desta empresa.

Entre 2016 e 2017, a melhoria verifica-se no ponto relacionado com “Descrição da organização empresarial”. No segundo ano analisado, é apresentado em texto a organização empresarial, isto é, é identificado o presidente executivo bem como quem lhe presta apoio: Conselho de Sócios e do Comité de Prática Profissional.

Comparando 2017 e 2018, a diferença encontra-se na divulgação de informação sobre o “Modelo empresarial”, mais concretamente no ponto “Objetivos estratégicos”. Os RI de 2018 e 2019, apresentam “*Objetivos dos próximos exercícios*” apesar de não explicarem como os atingir.

Em 2019, a única diferença é relativa à divulgação da missão da empresa. De 2016 a 2018 havia sido identificada como missão "*Oferecer a melhor assessoria aos nossos clientes no local onde estes estejam a desenvolver a sua atividade empresarial, sendo um dos líderes mundiais na apresentação de serviços jurídicos e fiscais.*" – Garrigues, Relatório Integrado (2018).

O ponto relativo à corrupção e suborno tem uma classificação de 2 devido ao facto de apenas ser feita menção a um pacto (Pacto Mundial das Nações Unidas no ano de 2002) que deu início à comunicação de princípios nas áreas dos direitos humanos, laboral, ambiental e anticorrupção. Apesar disso, são referidas as “Normas internas sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo”. Para obter uma classificação superior, neste relatório deveria ter sido feita menção a ações de resposta à ocorrência de situações de corrupção ou suborno.

Nos quatro anos de análise, o campo relativo a “Objetivos estratégicos” foi classificado com 0. Esta situação deve-se ao facto de nos relatórios ser feita uma menção aos objetivos para os anos seguintes, mas não ser identificada a estratégia para os alcançar. Situação semelhante com o ponto “Medição de objetivos alcançados”. A classificação foi 0, no entanto são identificados marcos do ano em análise, sem relação com os objetivos definidos no ano anterior.

Relativamente ao ponto “Indicadores-chave de desempenho”, a classificação desta empresa foi semelhante às anteriormente analisadas. No entanto, a informação disponibilizada neste relatório trata de indicadores não financeiros, como por exemplo, o número de consultas médicas, enfermagem, entre outros.

## **5.7 SATA**

SATA Internacional – Azores Airlines, é uma empresa que realiza voos no exterior dos Açores que resultou da transformação da Oceanair, adquirida pela SATA Air Açores em 1995. Esta empresa atua em quatro áreas de negócio: transporte aéreo, assistência a aeronaves, gestão de aeródromos e operadores turísticos.

Os quatro relatórios em análise foram elaborados com base nas orientações do IIRC, sendo que em 2019 foi o oitavo relatório integrado publicado pela SATA Internacional.

No anexo 7, está disponível a tabela completa de classificação da SATA (Apêndice 11). A tabela que se segue, Tabela 15, apresenta esses mesmo dados, mas de forma resumida.

**Tabela 15 - Classificação Resumida SATA**

	Conteúdos Essenciais	2016	2017	2018	2019	Total (média)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4
	Contexto operacional	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Governança e remuneração	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
	Performance	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
	Perspetivas Futuras	0,7	0,0	0,0	0,0	0,2
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	1,7	1,5	1,7	2,6	1,9
	Políticas e diligência devida	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	Resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
	Aspetos temáticos	2,0	2,5	2,5	2,5	2,4
<b>Total</b>		<b>20,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,5</b>	<b>21,5</b>	<b>20,7</b>

Fonte: Elaboração própria

Os temas sobre os quais a SATA disponibiliza mais informação são os objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar e principais riscos e respetiva gestão. Em ambos os pontos avaliados, foram atribuídas as cotações máximas. No que diz respeito ao primeiro ponto, foram apresentadas formas de medir os objetivos alcançados, mostrando através de gráficos e alguns quadros se atingiu ou não os objetivos. Em relação à gestão de risco, a empresa reserva um capítulo para identificar os riscos, a forma como os mesmos afetam o modelo empresarial e medidas de mitigação de risco.

No que diz respeito aos pontos menos abordados estes estão relacionados com as perspetivas futuras, onde apenas num dos anos (2016) são identificados os desafios para o ano seguinte e aos resultados onde não é apresentada qualquer informação sobre a visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas.

Ao comparar os dois primeiros anos, a variação verificada deve-se à classificação atribuída no ponto “Perspetivas Futuras” e “Modelo Empresarial”. Em 2017 não foram apresentadas informações sobre “Ações de Curto Prazo, como alcançá-los e incertezas associadas” e o organograma com a “Descrição da organização empresarial” era menos completo que o apresentado no ano anterior. Apesar disso, em 2017 a empresa acrescentou "*Plano de Prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas que abrange todas as operações das empresas do Grupo.*" - SATA, Relatório integrado (2017, 2018 e 2019).

No ano 2016, é divulgado em vários pontos do RI desse ano os “Desafios 2017” e como os alcançar. Apesar disso, a pontuação neste subponto não foi a máxima (3), uma vez que não são identificadas as incertezas.

Esta diferença é atenuada em 2018, pelo facto de no ano 2017 não ter sido apresentado um organograma com a “Descrição da organização empresarial”. Esta diminuição é mais visível na tabela de classificação global, devido ao facto da tabela resumo ser calculada em média.

Em 2019, a pontuação aumenta devido à divulgação de informação sobre o ponto “Modelo Empresarial”, mais concretamente, no subponto “Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro”. Neste ano, foi divulgado um ponto sobre "*Tendências regulatórias que afetarão a SATA no futuro*". - SATA, Relatório Integrado (2019).

Na análise dos RI da SATA, destaca-se o facto de ser a única empresa em análise que apresenta alguma informação sobre a “Liderança/Processo de tomada de decisão”, referindo que o acionista é quem toma as decisões com base em pareceres sobre a situação económico-financeira.

Para além desse ponto, também nos pontos “KPI’s do desempenho face aos seus objetivos estratégicos” e “Medição de objetivos alcançados” a classificação foi superior ao verificado nas análises anteriores. Nos quatro relatórios em análise, são identificados os objetivos estratégicos e é divulgado através de gráficos e quadros como atingiu os seus objetivos. No entanto, é de realçar que não é feita menção ao "não atingir dos objetivos".

No que diz respeito aos pontos de política anticorrupção e direitos humanos a informação disponibilizada é pouco detalhada, referindo apenas a partir de 2017 o plano de prevenção de riscos e corrupção e que respeitam os princípios fundamentais dos direitos humanos.

## **Resumo de Classificações**

A tabela seguinte (Tabela 16) apresenta-se um resumo das classificações obtidas por cada empresa nos anos em análise, relativamente à divulgação de informação.

De realçar que a classificação resumida apresenta uma média calculada por cada ponto dos conteúdos essenciais de acordo com o IIRC e a Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01, respetivamente. Já a classificação completa é a avaliação atribuída a cada subponto identificado.

Para além disso, é importante referir que cada subponto em análise não foi analisado ao máximo detalhe, isto é, não foi identificado como “O que identificar”, mas sim ter uma ideia geral sobre a divulgação ou não de cada um dos pontos de acordo com os conteúdos essenciais identificados pela IIRC e Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01.

**Tabela 16 - Resumo de Classificações**

	Conteúdos Essenciais	Bondalti			Brisa			CTT		GALP		José de Mello Saúde				Garrigues				Sata				Total (média)	Total (soma aritmética)	
		2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018			2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2	3	3	3	3	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	3	2,2	51,6
	Contexto operacional	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2,0	46,9
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	0	2	2	0	0	0	0	2	2	2	2	3	3	3	3	0	0	0	0	3	3	3	3	1,6	36,0
	Governança e remuneração	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2	2	2	0,7	15,7
	Performance	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0,2	5,0
	Perspetivas Futuras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0,0	0,7
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	3	3	2	2	2	2	3	3	2	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	3	2,1	47,9
	Políticas e diligência devida	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0,8	18,0
	Resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	0	2	2	3	3	3	3	3	3	3	2	3	3	3	3	0	0	0	0	3	3	3	3	2,2	49,7
	Indicadores-chave de desempenho	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2,0	46,0
	Aspetos temáticos	2	2	2	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	2	3	3	3	2,3	52,0
<b>Total classificação resumida</b>		<b>10,5</b>	<b>15,9</b>	<b>15,4</b>	<b>16,8</b>	<b>16,8</b>	<b>16,6</b>	<b>17,0</b>	<b>18,9</b>	<b>18,5</b>	<b>18,2</b>	<b>17,4</b>	<b>17,5</b>	<b>18,2</b>	<b>17,7</b>	<b>8,0</b>	<b>8,4</b>	<b>8,7</b>	<b>8,3</b>	<b>20,6</b>	<b>20,3</b>	<b>20,5</b>	<b>21,5</b>			
<b>Total classificação completa</b>		<b>55</b>	<b>69</b>	<b>65</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>72</b>	<b>76</b>	<b>76</b>	<b>73</b>	<b>73</b>	<b>71</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>70</b>	<b>36</b>	<b>38</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>77</b>	<b>76</b>	<b>77</b>	<b>81</b>		

Fonte: Elaboração própria

Avaliando o resumo apresentado na Tabela 17, conseguimos identificar quais as 5 empresas e o ano em foi disponibilizada mais informação no seu relatório integrado, de encontro com os normativos já identificados. Na Tabela 18 são listadas as 5 empresas que disponibilizam menos informação e os respetivos anos.

**Tabela 17 - Top 5 de Empresas com maior classificação**

Empresa	Ano	Classificação Resumida	Classificação Completa
Sata	2019	21,5	81
Sata	2016	20,6	77
Sata	2018	20,5	77
Sata	2017	20,3	76
CTT	2018	18,9	76

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 18 - Last 5 de Empresas com menor classificação**

Empresa	Ano	Classificação Resumida	Classificação Completa
Garrigues	2016	8,0	36
Garrigues	2019	8,3	37
Garrigues	2017	8,4	38
Garrigues	2018	8,7	40
Bondalti	2017	10,5	55

Fonte: Elaboração própria

De uma forma geral, o relatório da SATA destaca-se de todos os outros relatórios analisados, devido à divulgação de informação de ações de curto prazo para atingir objetivos futuros e como alcançá-los. Em comparação com as outras empresas, este relatório destaca-se pela divulgação da informação sobre os seguintes subpontos:

- “Liderança/Processo de tomada de decisão” – sobre este ponto é feita a seguinte menção: *"A elaboração de pareceres sobre a situação económico-financeira da SATA, assegurada pelo seu órgão de fiscalização, contribui para a tomada de decisão informada por parte do acionista."* – Relatório Integrado SATA (2016 a 2019). Apesar de não ser uma informação muito extensa e complexa, existe alguma preocupação com a divulgação da forma e/ou base com que as decisões são tomadas. Desta forma, a classificação atribuída não foi a máxima. No entanto, esta foi a única empresa que obteve classificação superior a 0.
- “Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho” – relativamente a este ponto é referido que a remuneração dos membros do Conselho de Administração é variável de acordo com as responsabilidades assumidas e o desempenho do órgão de social. Para além

disso, dentro do capítulo “*Governance*” disponível em todos os anos analisados, são apresentadas as remunerações dos membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

- “KPI’s do desempenho face aos seus objetivos estratégicos” e “Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos” – mais uma vez, a SATA foi a única empresa em análise a obter pontuação no ponto “Performance” devido à divulgação de mapas, gráficos e textos onde identificava os objetivos estratégicos e se os tinha atingido. Por exemplo, um dos objetivos estratégicos era a diminuição dos custos operacionais. Assim, nos anos analisados é possível verificar se isso aconteceu ou não, através de gráficos dos últimos 3 anos. Apesar disso, e como já mencionado ao longo do texto da análise do RI da SATA, em 2017 esse objetivo não foi atingido e isso não é dito de forma clara. Podemos estar perante um fenómeno chamado de *greenwash*.
- “Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas” – a informação disponibilizada sobre este ponto, é a que faz diferenciar o RI de 2016 com os restantes em análise desta empresa. A classificação neste ponto não foi a máxima, mas foi a única empresa que realmente divulgou alguma informação sobre este ponto. Para isso, identificou os desafios para o ano 2017 e como alcançá-los. Para atingir a pontuação máxima, deveria ter referido algumas incertezas, riscos ou fatores externos que pusessem em causa atingir ou não os objetivos.
- Face aos restantes anos analisados, em 2019 foi divulgado no parágrafo sobre “Tendências regulatórias que afetarão a SATA no futuro” – Relatório Integrado SATA (2019).

No que diz respeito ao RI dos CTT de 2018, este destaca-se dos restantes relatórios analisados, devido a:

- “Questões relativas ao respeito dos direitos humanos” – são apresentados indicadores de “*horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos*” e “*Percentagem e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos*” – Relatório Integrada CTT, 2018.
- “Combate à corrupção e suborno” – quando a este ponto, são divulgados os seguintes indicadores: “*Número total e percentagem de operações submetidas a*

*avaliações de riscos relacionados com corrupção e os riscos significativos identificados*”; “*Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção*”; “*Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas*” – Relatório Integrada CTT, 2018.

- “Como gera valor” – em relação a este ponto, é apresentado um esquema de *inputs*, estratégia e modelo de negócio e *outputs*. A estes outputs ainda são associados os principais objetivos por negócio.
- “Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho” – em relação à política remuneratória, esta é definida anualmente pela Comissão de Vencimentos. Esta política de remuneração tem em conta diversos fatores, tais como: “*Os objetivos de negócio definidos para este mandato, no contexto da estratégia de diversificação da Empresa em curso assente em 4 segmentos de negócio.*” – Relatório Integrada CTT, 2018.
- Destaca-se ainda pela negativa, não mencionando a sua missão.
- Face a 2019 (o outro ano analisado), 2018 destaca-se por neste ano ser apresentado uma “*Orgânica de Gestão*” – Relatório Integrado CTT (2018), que permite descrever e entender a organização empresarial. Apesar disso, em 2019 foi apresentado um capítulo sobre perspetivas futuras que aumenta a classificação no subponto “Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro” face a 2018.

Em relação às empresas que menos divulgam, consta a Garrigues em todos os anos analisados. Como já mencionado, este relatório apresenta uma certificação de Relatório de Sustentabilidade. Apesar de se intitular de relatório integrado, as informações nele disponíveis são relativas a um Relatório de Sustentabilidade. Esta será uma justificação para a baixa classificação obtida

Já o caso da Bondalti, a informação disponibilizada é reduzida tanto no ano identificado na tabela de *Last 5* como no ano seguinte. De uma forma geral, o RI da Bondalti em 2017, apenas divulga aspetos relacionados com o modelo empresarial e algumas informações sobre o contexto operacional. De realçar que em 2018, já se verificam algumas melhorias principalmente na divulgação de informação relativa à gestão de risco.

Na Tabela 19, é possível verificar quais são os tópicos mais e menos divulgados.

**Tabela 19 - Resumo de Classificações por linha de Conteúdos Essenciais**

	Conteúdos Essenciais	Total (média)	Total (soma aritmética)
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	2,2	51,6
	Contexto operacional	2,0	46,9
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	1,6	36,0
	Governança e remuneração	0,7	15,7
	Performance	0,2	5,0
	Perspetivas Futuras	0,0	0,7
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	2,1	47,9
	Políticas e diligência devida	0,8	18,0
	Resultados	0,0	0,0
	Principais riscos e respetiva gestão	2,2	49,7
	Indicadores-chave de desempenho	2,0	46,0
	Aspetos temáticos	2,3	52,0

Fonte: Elaboração própria

O tópico onde existe uma maior divulgação de informação é o dos “Aspetos Temáticos”, onde são abordados temas como “Questões Ambientais” e “Questões sociais relativas a funcionários”. Neste tópico estão ainda incluídos os subpontos “Questões relativas ao respeito dos direitos humanos” e “Combate à corrupção e suborno”, que apresentam classificações inferiores face aos outros subtópicos.

Por outro lado, os aspetos que as empresas precisam de aprofundar mais a divulgação da informação são sobre a “Perspetivas Futuras” e “Resultados”.

Outra conclusão retirada deste estudo está relacionada com o número de RI já publicados pela empresa e o facto da mesma seguir mais os normativos. Se por um lado, temos a SATA que já publica RI desde 2011 e é a que mais informações divulga segundo o IIRC e a COM 2017/C 215/01, temos por outro os CTT que apenas publicam relatório integrado desde 2018. Assim, não é possível concluir sobre uma relação direta entre o número de RI já publicados e o nível de divulgação das informações.

Na Tabela 20, são identificados os RI que foram aprovados por entidades externas à empresa, identificando a entidade que aprovou e o nome da aprovação feita.

**Tabela 20 - Aprovação dos RI por entidades externas**

		<b>Aprovado</b>	<b>Entidade que aprova</b>	<b>Título da Aprovação</b>
<b>Bondalti</b>	<b>2017 2018 2019</b>	Sim	PWC	Relatório Independente de Garantia Limitada e Fiabilidade
<b>Brisa</b>	<b>2016 2017 2018 2019</b>	Sim	PWC	Relatório Independente de Garantia Limitada e Fiabilidade
<b>CTT</b>	<b>2018 2019</b>	Sim	KPMG	Relatório Independente de Garantia Limitada e Fiabilidade
<b>GALP</b>	<b>2018 2019</b>	Sim	PWC	Relatório Independente de Garantia Limitada e Fiabilidade
<b>José de Mello Saúde</b>	<b>2016 2017 2018 2019</b>	Sem referência	N.A.	N.A.
<b>Garrigues</b>	<b>2016 2017 2018 2019</b>	Sim	AENOR	Verificação do Relatório de Sustentabilidade
<b>Sata</b>	<b>2016 2017 2018 2019</b>	Sem referência	N.A.	N.A.

Fonte: Elaboração própria

De realçar que a aprovação feita através de relatório independente de garantia limitada e fiabilidade, apenas asseguram o cumprimento dos requisitos das diretrizes GRI o que não garante o cumprimento das diretrizes dos normativos estudados (IIRC e COM 2017/C 215/01). Denota-se assim, a necessidade de uma certificação por parte de uma entidade externa para relatórios integrados. Esta certificação poderá ter por base os conteúdos essenciais identificados pelo IIRC e/ou COM 2017/C 215/01.

Outra conclusão, que se pode retirar da análise da Tabela 20, está relacionada com o facto da SATA, empresa que ocupa 4 dos 5 lugares no Top 5 de divulgação, não apresenta certificação por entidade externa no seu RI.

A Tabela 21, apresenta um resumo sobre a divulgação ou não de relatório de sustentabilidade antes da publicação do RI.

**Tabela 21 - Divulgação de Relatório de Sustentabilidade**

	Bondalti	Brisa	CTT	GALP	Garrigues	José Mello e Saúde	SATA
2015	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
2016	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
2017	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
2018	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
2019	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a análise da Tabela 21, concluímos que tanto a Brisa como os CTT deixaram de publicar relatório de sustentabilidade no ano em que começaram a publicar RI. Desta forma, atingem um dos objetivos do relatório integrado que passa por sintetizar a informação da empresa num só relato.

A Garrigues, a SATA e a Bondalti nunca publicaram relatório de sustentabilidade. No entanto, a Garrigues divulga um relatório social empresarial desde 2006. Já a SATA e a Bondalti não haviam disponibilizado relatório de sustentabilidade entre 2015 e 2019.

No caso da GALP, foi divulgado relatório de sustentabilidade em 2015 e depois disso a empresa apenas divulgou RI em 2018. Apesar disso, no *website* da empresa existe um separador apenas dedicado ao tema sustentabilidade.

Por fim, o caso da José Mello e Saúde, apenas foi divulgado relatório de sustentabilidade em 2018.

Mais uma vez, a SATA que nunca havia divulgado informações não financeiras destaca-se por ocupar vários lugares no Top 5 de divulgações.

Das empresas estudadas, conclui-se que as empresas portuguesas ainda têm algum caminho a percorrer para conseguir divulgar os “Conteúdos essenciais” identificados pelo IIRC e COM 2017/C 215/01. Este caminho exige tempo, recursos, conhecimento e, por isso, investimento e dedicação.

Para além das temáticas menos divulgadas já identificadas na Tabela 19, as empresas devem ainda desenvolver uma relação entre a informação financeira e não financeira. A maioria das empresas estudadas não relaciona os seus resultados com as políticas e objetivos definidos, por exemplo. Apenas com essas relações é possível concluir sobre a qualidade das políticas de gestão, avaliar a estratégia adotada para alcançar objetivos, identificar comportamentos éticos

relativamente a direitos humanos, corrupção e suborno, entre outras conclusões essenciais para a análise da empresa por parte dos seus *stakeholders*.

Sendo que se trata de um tema ainda recente e que ainda não é dominado pelas empresas o *framework* definida pelo IIRC são linha orientadoras bastante clara dos princípios a seguir e os conteúdos a divulgar. A metodologia divulgada pela Comissão Europeia, também é clara e ilustra com exemplos cada um dos conteúdos, sendo que os mesmos se adaptam a diferentes realidades e setores de atividade. Desta forma, se a informação for corretamente divulgada, será útil para os seus *stakeholders*.

Apesar disso, deveria existir um desenvolvimento no sentido de existirem entidades externas que certificassem os RI por forma a evitar situações de *greenwash*, aumentar a confiança e credibilidade na informação divulgada aos leitores.

## 6. Conclusões

### 6.1 Conclusões Finais

Os relatórios divulgados pelas empresas têm como objetivo transmitir informação a todos os interessados. O RI não é exceção, sendo que este tipo de relatórios vem acrescentar aos até então publicados informações sobre a estratégia, governança, desempenho da organização e perspectivas para o futuro de uma empresa. Desta forma, é possível relacionar a informação financeira de uma dada organização com informação não financeira, como por exemplo, a estratégia definida para atingir objetivos.

O RI distingue-se dos relatórios historicamente anteriores, por incluírem informações de caráter não financeiro e ter em conta as perspectivas/objetivos/ações futuras. Leocádio (2017), refuta os relatórios de sustentabilidade uma vez que estes não apresentam a forma como a sustentabilidade afeta ou não o processo de tomada de criação de valor da organização.

Desta forma, o RI surgiu para combater a lacuna existente na divulgação de informação não financeira por parte das empresas, como por exemplo: políticas de gestão de risco, modelo de negócio, atitudes face a práticas de suborno e corrupção, entre outros temas. Para além disso, é expectável que o relatório integrado seja uma reflexão sobre o impacto social, ambiental e comercial da organização.

Assim, é fundamental que a informação que consta no RI das empresas vá ao encontro das necessidades dos investidores e outros potenciais interessados na organização. Só assim, será possível que o valor acrescentado associado a este tipo de relatórios seja reconhecido podendo até surgir interesse por parte das empresas não obrigadas a divulgar este tipo de relatórios. Para além disso, se existir reconhecimento as empresas obrigadas a divulgar RI tendem a fazê-lo da melhor forma para também atingirem o maior reconhecimento possível.

De acordo com estudos feitos pela KPMG em 2019, no Japão já existem mais de 500 empresas que publicam RI<sup>9</sup>. Para além disso, o estudo feito pela mesma empresa em 2018 identificava cerca de 414 RI<sup>10</sup>, o que revela um crescimento de 21%. Este crescimento manifesta

---

<sup>9</sup> Consultado em <https://integratedreporting.org/resource/kpmg-survey-of-integrated-reports-in-japan-2019/> a 21-09-2020

<sup>10</sup> Consultado em <https://integratedreporting.org/resource/kpmg-survey-of-integrated-reports-in-japan-2018/> a 21-09-2020

o início do reconhecimento e valorização deste tipo no Japão. O estudo de 2019, divulga que 48% das empresas estudadas explicam o impacto do seu desempenho na sua estratégia de curto, médio e longo prazo. Já o estudo de 2018, concluiu que 50% das empresas estudadas já revelam ter pensamento integrado, divulgando como é que o resultado social e ambiental tem sobre o valor económico e 66% das empresas exibiam a sua forma de criar valor através de um diagrama.

Em Portugal, nos RI analisados verifica-se que as empresas se mantêm muito focadas no passado, sem desvendar muito das suas perspetivas futuras nem dos resultados alcançados, tendo em conta os objetivos definidos.

Em suma, a informação disponibilizada dos relatórios integrados fica um pouco aquém da expectativa no que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento integrado e na relação da informação financeira e não financeira.

## **6.2 Principais contributos do presente estudo**

O presente trabalho de dissertação apresenta uma sistematização de informações sobre Relatórios Integrados, desde o conceito, os objetivos, vantagens e diretivas, leis e regulamentos.

Este estudo mostra como é que o RI se diferencia dos outros relatórios já divulgados pelas empresas e, assim, revela a sua importância e necessidade para as empresas e os seus *stakeholders*.

Para além disso, a informação disponibilizada pode servir como linhas de orientação para a realização dos seus RI. Se foram seguidos os conteúdos essenciais apresentados neste trabalho, pelo IIRC e pela COM 2017/C 215/01, o RI será útil para os seus leitores.

Na Tabela 19 foi feito um resumo de classificações por linha de Conteúdos Essenciais, onde é possível identificar quais os tópicos onde existe uma maior divulgação de informação e aqueles que as empresas ainda têm de aprofundar. Tópicos como “Aspetos Temáticos”, “Visão geral da organização e modelo de negócio” e “Principais riscos e respetiva gestão”, são os temas mais abordados pelas empresas. Por outro lado, os aspetos que as empresas precisam de aprofundar mais a divulgação da informação são sobre a “Resultados” e “Perspetivas futuras”.

Outro contributo deste estudo está relacionado com o facto de a empresa que ocupou 4 dos 5 lugares do Top 5 de divulgações – SATA – não apresentar certificação externa no seu RI.

Para além disso, a SATA não havia divulgado informação não financeira antes de lançar o seu primeiro RI em 2012.

### 6.3 Limitações e Recomendações para investigações futuras

O tipo de metodologia utilizado tem algumas limitações, nomeadamente relacionada com a flexibilidade associada ao processo de atribuição de classificações. Acresce o facto de os relatórios terem sido analisados apenas por um investigador.

A forma como foi selecionada a amostra também constituiu uma limitação. Ao ser utilizado o critério de as publicações terem de se denominar de “relatório integrado” (sem uma análise revia do documento), fez com que fossem identificadas situações como a da Garrigues, em que o relatório se chama “relatório integrado”, mas trata-se de um relatório de sustentabilidade, como foi verificado pela AENOR.

Para trabalhos futuros, poderá ser realizada uma análise mais pormenorizada dos tópicos identificados pelo IIRC e COM 2017/C 215/01. Isto é, no presente estudo apenas foi identificado se no RI era feita menção aos tópicos identificados como conteúdo essencial, mas não foi verificado se nesse ponto existiam todos os subtópicos identificados.

Durante o ano de 2019, o ICAFI (2020) publicou um estudo de RI onde dividiram a informação de acordo com a Tabela 22:

Tabela 22 - Base 2 para a avaliação da informação disponibilizada nos RI

	Política Adotada	Resultados	Riscos	Indicadores Chave de desempenho Não Financeiro
Ambiental				
Funcionários				
Social				
Direitos Humanos				
Anticorrupção e Suborno				
Diversidade				
Modelo de Negócios				
Outras Informações				

Fonte: Adaptado de ICAFI (2020)

Esta tabela também poderá ser utilizada para classificar a informação disponibilizada nos RI, tal como foi feito neste trabalho para os conteúdos essenciais identificados pelo IIRC e pela COM 2017/C 215/01.

## 7. Referências

- Adams, C. A. (2015), “The international integrated reporting council: a call to action”, *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 27, pp. 23-28.
- Adhikariparajul, et al (2019), “Integrated Reporting in UK Higher Education Institutions”, in Emerald Publishing Group.
- Alberto & Guerreiro (2018), “A divulgação da informação não financeira pelas empresas portuguesas da indústria do papel – análise à luz da comunicação da comissão 2017c/215/01”. *AECA, XVIII Encuentro Internacional*.
- Barth, M., Cahan, S., Chen, L., & Venter, E. (2017). The economic consequences associated with integrated report quality: Capital market and real effects. *Accounting, Organizations And Society*, 62, 43-64. doi: 10.1016/j.aos.2017.08.005
- De Villiers, C., Hsiao, P.-C.K. & Maroun, W. 2017. Developing a Conceptual Model of influences around Integrated Reporting, New Insights, and Directions for Future Research, *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 450-460.
- De Villiers, C., Venter, E. and Hsiao, P., 2016. Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting & Finance*, 57(4), pp.937-959.
- Dumay, J. and Dai, T. (2017), "Integrated thinking as a cultural control?", *Meditari Accountancy Research*, Vol. 25 No. 4.
- Eccles, R G. e Spiesshofer, B. (2015), "Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism", in Barton, D., Horváth, D. e Kipping, M. (eds.), *Re-Imagining Capitalism*, Oxford University Press.
- Fernandes, D.F. (2019), *Informação Financeira e Não Financeira*. Dissertação de Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, IPC – Portugal, 2019.
- Gonçalves, M.J.S.S., *Evolução do Relato Não Financeiro – O Caso da Nestlé*. Dissertação de Mestrado de Gestão, IPL – Portugal, 2018.

Hoque, M. (2017). Why Company Should Adopt Integrated Reporting?. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 7 (1), 241-248

Hsieh, H., & Shannon, S. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277-1288.

ICAFI (2020), *“Accounting regulation and disclosure leader: a longitudinal and integrated analysis of sustainability information”*.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2011), *Towards Integrated Reporting. Communicating Value in the 21st Century*, London. Disponível em [https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011\\_spreads.pdf](https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf), a 12-10-2019.

Leocádio, M.F.C. *Relato Integrado em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, FEP – Portugal, 2017

Lopes, S.M.S. - *Relato Integrado no Sector das Águas Minerais Naturais em Portugal: Relação ODS, Métricas e Estrutura* Dissertação de Mestrado de Gestão, IPL – Portugal, 2018.

Marques, C.S.B.S. (2016) – *Determinantes do Relato Integrado: uma comparação internacional*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão, FEP – Portugal, 2016.

Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know?. *Journal Of Cleaner Production*, 198, 1198-1209.

Mervelskemper, L. and Streit, D., 2016. Enhancing Market Valuation of ESG Performance: Is Integrated Reporting Keeping its Promise?. *Business Strategy and the Environment*, 26(4), pp.536-549.

Smith, S. S. (2014), "Integrated reporting, corporate governance, and the future of the accounting function", *International Journal of Business and Social Science*, Vol. 5, Nº 10.

Pavlopoulos, A., Magnis, C., & Emmanuel, G. (2017). Integrated reporting: Is it the last piece of the accounting disclosure puzzle?. *Journal of Multinational Financial Management*, 41, 23-46.

Perego, P; Melloni, G. e Galio, A., (2017), Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports, Journal of Accounting Public Policy, Janeiro 2017.

Yin, R. K (2003) Case Study research: Design and Methods. Thousand Oaks Calif: Sage Publications, Chicago

Zhou, S., Simnett, R., & Green, W. (2017). Does Integrated Reporting Matter to the Capital Market?. Abacus, 53(1), 94-132.

### **Sítios da Internet:**

<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx> - Acedido em 03-10-2019

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/relatorios-de-sustentabilidade-demonstracao-de-informacao-nao-financeira-458199> - Acedido em 03-10-2019

<https://www.brisa.pt/pt/empresa-e-estrategia/informacao-financeira/relatorios> – Acedido em 03-10-2019

<https://www.garrigues.com/pt/pt-PT/commitment/relatorio-integrado> – Acedido em 03-10-2019

<https://www.josedemelloaude.pt/investidores/informacao-financeira> – Acedido em 03-10-2019

<https://dre.pt/home/-/dre/107773645/details/maximized> – Acedido em 12-10-2019

[https://eur-lex.europa.eu/legal\\_content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal_content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN), – Acedido em 12-10-2019

<https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html> - Acedido em 04-01-2020

<https://www.globalreporting.org/standards/media/1913/gri-standards-glossary.pdf> – Acedido em 28-02-2020

<https://www.globalreporting.org/standards/media/1913/gri-standards-glossary.pdf> - Acedido em 28-03-2020

<https://www.ctt.pt/grupo-ctt/a-empresa/quem-somos/marca-ctt> - Acedido em 17-09-2020.

<https://integratedreporting.org/resource/kpmg-survey-of-integrated-reports-in-japan-2019/> -

Acedido em 21-09-2020

<https://integratedreporting.org/resource/kpmg-survey-of-integrated-reports-in-japan-2018/> -

Acedido em 21-09-2020

## 8. Apêndices

Apêndice 1 – Base dos conteúdos essenciais apresentados pelo IIRC (2011)

<b>IIRC (2011)</b>	
<b>Elementos de Conteúdo</b>	<b>O que identificar</b>
1. Visão geral da organização e modelo de negócios	<ul style="list-style-type: none"><li>- Missão, as principais atividades, produtos e serviços;</li><li>- Modelo de negócio, como cria valor, fatores críticos;</li><li>- Atitude face ao risco.</li></ul>
2. Contexto operacional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aspectos comerciais, sociais e ambientais em que a empresa opera, tendo em conta as leis e regulamentos aplicáveis;</li><li>- Os recursos e relacionamentos essenciais ao sucesso da empresa;</li><li>- Principais riscos e oportunidades da organização.</li></ul>
3. Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	<ul style="list-style-type: none"><li>- Como serão medidos os resultados alcançados.</li></ul>
4. Governança e remuneração	<ul style="list-style-type: none"><li>- Explicação da liderança e o processo de tomada de decisão;</li><li>- As ações tomadas pelos líderes de governança que influenciam a direção estratégica da organização;</li><li>- Como a remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho da empresa.</li></ul>
5. Performance	<ul style="list-style-type: none"><li>- <i>Key Performance Indicator</i> (KPI's) do desempenho face aos seus objetivos estratégicos;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende;</li> <li>- Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa;</li> <li>- Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos.</li> </ul>
6. Perspetivas Futuras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como é que a empresa está preparada para as alterações a nível operacional no futuro;</li> <li>- Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo;</li> <li>- Ações de curto prazo, como é que pretende alcançá-las e as incertezas associadas.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria com base nos conteúdos essenciais apresentados pelo IIRC (2011)

Apêndice 2 – Base para conteúdos essenciais apresentados pela Comissão Europeia COM 2017/C 215/01

<b>Comissão Europeia</b>	
<b>Elementos de Conteúdo</b>	<b>O que identificar</b>
1. Modelo Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como gera e preserva valor através dos seus produtos e serviços a longo prazo;</li> <li>- Descrição do seu ambiente empresarial, organização e estrutura, mercados onde operam, objetivos estratégicos e tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro.</li> </ul>
2. Políticas e Diligência devida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abordagens relativamente a aspetos não financeiros necessários para alcançar os seus objetivos;</li> <li>- Políticas de gestão de risco e os seus resultados;</li> </ul>
3. Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas.</li> </ul>
4. Principais riscos e respetiva gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar riscos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como é que os riscos podem afetar o seu modelo empresarial;</li> <li>- Medidas de mitigação do risco identificado.</li> </ul>
5. Indicadores-chave de desempenho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade.</li> </ul>
6. Aspectos temáticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Questões ambientais;</li> <li>- Questões sociais relativas a funcionários;</li> <li>- Questões relativas ao respeito dos direitos humanos;</li> <li>- Combate à corrupção e suborno;</li> <li>- Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, com base nos conteúdos essenciais apresentados pela Comissão Europeia COM 2017/C 215/01

### Apêndice 3 - Resumo de Publicação de Relatórios de Sustentabilidade e Integrados em Portugal (BD GRI)

Identificação da Empresa	2016		2017		2018	
	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado	Relatório de Sustentabilidade	Relatório integrado
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Sim	Não *	Sim	Não *	Sim	Não *
Águas de Portugal	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Altice (antigo Portugal Telecom)	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Altri	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
APDL	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não *
APS-Administração dos Portos de Sines e do Algarve	Sim	Não *	Sim	Não *	Não	Não *
Auchan Portugal (antigo Jumbo)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
BONDALTI	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Brisa	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Caixa Geral de Depósitos	Sim	Não *	Sim	Não *	Sim	Não *

Corticeira Amorim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
CTT	Sim	Não *	Sim	Não	Não	Sim
EDP (Energias de Portugal)	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
EPAL	Sim	Não *	Sim	Não *	Sim	Não
Galp Energia	Não	Não	Não	Não *	Não	Sim
Gestamp Aveiro	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Huf Portuguesa	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Jerónimo Martins SA	Não **	Não	Não **	Não	Não	Não
José de Mello Saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Luís Simões	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Millennium Banco Comercial Português	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Mota-Engil SGPS	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Nestlé Portugal	Sim ***	Não	Sim ***	Não	Sim ***	Não
REN - Redes Energéticas Nacionais	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Resíduos do Nordeste	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Santander – totta	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
SONAE	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sonae Indústria	Não	Não*	Não	Não*	Não	Não*
Sonae Sierra	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
SOVENA	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
SUMOL+COMPAL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
TRATOLIXO	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Universidade do Minho	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Vodafone Portugal	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
NOS	Não	Não*	Não	Não*	Não	Não *
The Navigator Company (antigo Grupo Portucel)	Sim	Não*	Não	Não*	Sim	Não *

Fonte: Elaboração própria

\* Publicado Relatório do Governo Societário

\*\* Publicado Relatório de Responsabilidade Corporativa

\*\*\* Publicado *Creating Shared Value and meeting our commitments*

Apêndice 4 - Base para a avaliação da informação disponibilizada nos RI

	Conteúdos Essenciais	O que identificar
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	<p>Missão</p> <p>Principais atividades</p> <p>Produtos e Serviços</p> <p>Modelo de Negócio</p> <p>Forma de criar valor</p> <p>Fatores críticos</p> <p>Atitude face ao risco</p>
	Contexto operacional	<p>Aspetos comerciais</p> <p>Aspetos sociais</p> <p>Aspetos ambientais</p> <p>Recursos essenciais</p> <p>Relacionamentos essenciais</p> <p>Principais riscos</p> <p>Principais oportunidades</p>
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados
	Governança e remuneração	<p>Liderança/Processo de tomada de decisão</p> <p>Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização</p> <p>Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho</p>
	Performance	<p>KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos</p> <p>Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende</p> <p>Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa</p> <p>Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos</p>

<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro  Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo  Ações de curto prazo, como é que quer lá chegar e as incertezas associadas
	Modelo empresarial	Como gera valor  Descrição do ambiente empresarial  Descrição da organização empresarial  Identificação dos mercados onde está inserida  Objetivos estratégicos  Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos  Políticas de gestão de risco e os seus resultados
	Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas
	Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos  Como é que os riscos afetam o modelo empresarial  Medidas de mitigação do risco identificado
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade
	Aspetos temáticos	Questões ambientais  Questões sociais relativas a funcionários  Questões relativas ao respeito dos direitos humanos  Combate à corrupção e suborno  Outras relevantes no setor/industria ou cadeia de valor

Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 5 - Tabela Completa de classificação da Bondalti

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2017	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	3	3	3
		Principais atividades	3	3	3
		Produtos e Serviços	3	3	3
		Modelo de Negócio	3	3	2
		Forma de criar valor	3	3	3
		Fatores críticos	1	1	1

		Atitude face ao risco	1	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	2	2	2
		Aspetos sociais	3	3	3
		Aspetos ambientais	3	3	3
		Recursos essenciais	3	3	3
		Relacionamentos essenciais	3	3	3
		Principais riscos	0	3	3
		Principais oportunidades	0	0	0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	0	2	2
	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0	0
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	0	0	0
Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0	0	
	Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	0	
	Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	0	
	Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0	0	
Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	0	
	Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo	0	0	0	
	Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas	0	0	0	
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	Como gera valor	3	3	3
		Descrição do ambiente empresarial	3	3	3
		Descrição da organização empresarial	3	3	0
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3	3
		Objetivos estratégicos	3	3	3
	Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	1	1	1	
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	0	2	2
Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	0	
Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	0	3	3	

		Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	0	2	2
		Medidas de mitigação do risco identificado	0	0	0
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	2
	Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	3
		Questões sociais relativas a funcionários	3	3	3
Questões relativas ao respeito dos direitos humanos		0	0	0	
Combate à corrupção e suborno		0	0	0	
	Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor	n.a	n.a	n.a	
<b>Total</b>			<b>55</b>	<b>69</b>	<b>65</b>

Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 6 - Tabela Completa de classificação da Brisa

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2016	2017	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	3	3	3	3
		Principais atividades	3	3	3	3
		Produtos e Serviços	3	3	3	3
		Modelo de Negócio	2	2	2	3
		Forma de criar valor	3	3	3	3
		Fatores críticos	2	2	0	2
		Atitude face ao risco	3	3	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	0	0	0	0
		Aspetos sociais	3	3	3	3
		Aspetos ambientais	3	3	3	3
		Recursos essenciais	0	0	0	0
		Relacionamentos essenciais	3	3	3	3
		Principais riscos	3	3	3	3
		Principais oportunidades	2	2	2	2
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	0	0	0	0
	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0	0	0
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	3	3	3	3
	Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0	0	0
		Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	0	0
		Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	0	0
		Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0	0	0
	Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	0	0
Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo		0	0	0	0	

<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>		Ações de curto prazo, como alcançá- los e incertezas associadas	0	0	0	0
	Modelo empresarial	Como gera valor	3	3	3	3
		Descrição do ambiente empresarial	1	1	1	1
		Descrição da organização empresarial	3	3	3	3
		Identificação dos mercados onde está inserida	2	2	2	3
		Objetivos estratégicos	3	3	3	3
		Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	2	2	2	2
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	2	2	2	2
	Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	0	0
	Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	3	3	3	3
		Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	3	3	3	3
		Medidas de mitigação do risco identificado	3	3	3	3
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	2	2
	Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	3	3
		Questões sociais relativas a funcionários	3	3	3	3
		Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	2	2	2	2
		Combate à corrupção e suborno	3	3	3	3
		Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor	n.a	n.a	n.a	n.a
	<b>Total</b>			<b>74</b>	<b>74</b>	<b>72</b>

Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 7 - Tabela Completa de classificação dos CTT

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	0	0
		Principais atividades	3	3
		Produtos e Serviços	3	3
		Modelo de Negócio	3	2
		Forma de criar valor	3	3
		Fatores críticos	2	2
		Atitude face ao risco	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	0	0
		Aspetos sociais	3	3
		Aspetos ambientais	3	3
		Recursos essenciais	0	0
		Relacionamentos essenciais	3	3
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Principais riscos	3	3
Principais oportunidades		2	2	
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	2	2

	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	3	3
	Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0
		Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0
		Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0
		Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0
	Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0
		Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo	0	0
		Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas	0	0
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	Como gera valor	3	3
		Descrição do ambiente empresarial	1	1
		Descrição da organização empresarial	3	0
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3
		Objetivos estratégicos	3	3
		Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	2	3
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	2	2
	Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0
Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	3	3	
	Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	3	3	
	Medidas de mitigação do risco identificado	3	3	
Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	
Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	
	Questões sociais relativas a funcionários	3	3	
	Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	3	3	
	Combate à corrupção e suborno	3	3	
	Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor	n.a.	n.a.	
<b>Total</b>			<b>76</b>	<b>73</b>

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 8 - Tabela Completa de classificação da GALP Energia

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	0	0
		Principais atividades	3	3
		Produtos e Serviços	3	3
		Modelo de Negócio	3	3
		Forma de criar valor	3	3
		Fatores críticos	0	0
		Atitude face ao risco	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	2	2
		Aspetos sociais	2	2
		Aspetos ambientais	2	2
		Recursos essenciais	3	3
		Relacionamentos essenciais	2	2
Principais riscos		3	3	
Principais oportunidades	0	0		
Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	2	2	
Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0	
	Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	
	Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	3	3	
Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0	
	Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	
	Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	
	Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0	
Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	
	Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo	0	0	
	Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas	0	0	
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	Como gera valor	3	3
		Descrição do ambiente empresarial	3	3
		Descrição da organização empresarial	3	3
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3
		Objetivos estratégicos	3	3
		Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	2	3
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	0	0
Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	
Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	3	3	
	Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	3	3	

		Medidas de mitigação do risco identificado	3	0
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2
	Aspetos temáticos	Questões ambientais	2	2
		Questões sociais relativas a funcionários	2	2
		Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	3	3
Combate à corrupção e suborno		2	2	
	Outras relevantes no setor/industria ou cadeia de valor	n.a.	n.a.	
<b>Total</b>			<b>71</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaboração própria

### Apêndice 9 - Tabela Completa de classificação da José de Mello Saúde

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2016	2017	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	3	3	3	3
		Principais atividades	3	3	3	3
		Produtos e Serviços	3	3	3	3
		Modelo de Negócio	2	2	2	2
		Forma de criar valor	3	3	3	3
		Fatores críticos	0	0	0	0
		Atitude face ao risco	3	3	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	2	2	2	2
		Aspetos sociais	3	3	3	3
		Aspetos ambientais	3	3	3	3
		Recursos essenciais	0	0	0	0
		Relacionamentos essenciais	3	3	3	3
		Principais riscos	3	3	3	3
		Principais oportunidades	3	3	3	3
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	3	3	3	3
	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0	0	0
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	0	0	3	0
	Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0	0	0
		Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	0	0
		Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	0	0
		Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0	0	0
	Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	0	0
Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo		0	0	0	0	
Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas		0	0	0	0	

<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	Como gera valor	3	3	3	3	
		Descrição do ambiente empresarial	1	1	1	1	
		Descrição da organização empresarial	3	3	3	3	
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3	3	3	
		Objetivos estratégicos	3	3	3	3	
		Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	0	0	0	0	
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0	0	0	
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	2	2	2	2	
	Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	0	0	
	Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	3	3	3	3	
		Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	3	3	3	3	
		Medidas de mitigação do risco identificado	3	3	2	2	
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	2	2	
	Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	3	3	
		Questões sociais relativas a funcionários	3	3	3	3	
		Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	0	0	0	0	
		Combate à corrupção e suborno	0	0	0	2	
		Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor	n.a	n.a	n.a	n.a	
	<b>Total</b>			<b>69</b>	<b>69</b>	<b>71</b>	<b>70</b>

Fonte: Elaboração própria

#### Apêndice 10 - Tabela Completa de classificação da Garrigues

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2016	2017	2018
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	3	3	3
		Principais atividades	3	3	3
		Produtos e Serviços	3	3	3
		Modelo de Negócio	1	1	1
		Forma de criar valor	0	0	0
		Fatores críticos	0	0	0
		Atitude face ao risco	0	0	0
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	2	2	2
		Aspetos sociais	3	3	3
		Aspetos ambientais	3	3	3
		Recursos essenciais	0	0	0
		Relacionamentos essenciais	3	3	3
		Principais riscos	0	0	0
		Principais oportunidades	0	0	0

	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	0	0	0
	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	0	0	0
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	0	0	0
Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	0	0	0	
	Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	0	
	Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	0	
	Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	0	0	0	
Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	0	
	Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo	0	0	0	
	Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas	0	0	0	
Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01	Modelo empresarial	Como gera valor	0	0	0
		Descrição do ambiente empresarial	0	0	0
		Descrição da organização empresarial	0	2	2
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3	3
		Objetivos estratégicos	0	0	0
	Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	0	0	0	
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	0	0	0
	Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	0
	Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	0	0	0
Como é que os riscos afetam o modelo empresarial		0	0	0	
Medidas de mitigação do risco identificado		0	0	0	
Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	2	
Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	3	
	Questões sociais relativas a funcionários	3	3	3	
	Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	2	2	2	
	Combate à corrupção e suborno	2	2	2	
	Outras relevantes no setor/indústria ou cadeia de valor	n.a	n.a	n.a	

**Total**

**36**

**38**

**38**

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 11 - Tabela Completa de classificação da SATA

	Conteúdos Essenciais	O que identificar	2016	2017	2018	2019
<b>IIRC</b>	Visão geral da organização e modelo de negócios	Missão	3	3	3	3
		Principais atividades	3	3	3	3
		Produtos e Serviços	3	3	3	3
		Modelo de Negócio	2	2	2	3
		Forma de criar valor	0	0	0	0
		Fatores críticos	3	3	3	3
		Atitude face ao risco	3	3	3	3
	Contexto operacional	Aspetos comerciais	0	0	0	0
		Aspetos sociais	3	3	3	3
		Aspetos ambientais	3	3	3	3
		Recursos essenciais	2	2	2	2
		Relacionamentos essenciais	3	3	3	3
		Principais riscos	3	3	3	3
		Principais oportunidades	0	0	0	0
	Objetivos estratégicos e estratégias para os alcançar	Medição de objetivos alcançados	3	3	3	3
	Governança e remuneração	Liderança/Processo de tomada de decisão	2	2	2	2
		Decisões dos líderes influenciam a direção e estratégia da organização	0	0	0	0
		Remuneração dos executivos e responsáveis de governança estão ligados no desempenho	3	3	3	3
Performance	KPI's do desempenho face aos seus objetivos estratégicos	2	2	2	2	
	Impacto da empresa sobre os recursos e relacionamentos de que depende	0	0	0	0	
	Fatores internos e externos que têm impacto no alcance dos objetivos da empresa	0	0	0	0	
	Conclusão de como a empresa se saiu face aos seus objetivos	3	3	3	3	
Perspetivas Futuras	Qual é a preparação para as alterações a nível operacional no futuro	0	0	0	0	
	Como é que a empresa equilibra os interesses a curto, médio e longo prazo	0	0	0	0	
	Ações de curto prazo, como alcançá-los e incertezas associadas	2	0	0	0	
<b>Comissão Europeia - COM 2017/C 215/01</b>	Modelo empresarial	Como gera valor	0	0	0	
		Descrição do ambiente empresarial	1	1	1	1
		Descrição da organização empresarial	3	2	3	3
		Identificação dos mercados onde está inserida	3	3	3	3
		Objetivos estratégicos	3	3	3	3
		Tendências e fatores que podem afetar a atividade no futuro	0	0	0	3
	Políticas e diligência devida	Abordagem de aspetos não financeiros necessários para alcançar objetivos	0	0	0	0
		Políticas de gestão de risco e os seus resultados	2	2	2	2
Resultados	Visão útil, justa e equilibrada dos resultados das suas políticas	0	0	0	0	
Principais riscos e respetiva gestão	Identificar os riscos	3	3	3	3	

		Como é que os riscos afetam o modelo empresarial	3	3	3	3
		Medidas de mitigação do risco identificado	3	3	3	3
	Indicadores-chave de desempenho	Indicadores-chave dentro de um setor ou cadeia de valor que permitam a comparabilidade	2	2	2	2
	Aspetos temáticos	Questões ambientais	3	3	3	3
		Questões sociais relativas a funcionários	3	3	3	3
		Questões relativas ao respeito dos direitos humanos	2	2	2	2
		Combate à corrupção e suborno	0	2	2	2
Outras relevantes no setor/industria ou cadeia de valor		n.a	n.a	n.a	n.a	
<b>Total</b>			<b>77</b>	<b>76</b>	<b>77</b>	<b>81</b>

Fonte: Elaboração própria